

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**A MULHER SUL-RIO-GRANDENSE NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930):
REPRESENTAÇÕES DA SUBMISSÃO**

SALETE RODRIGUES

**Taquara
2015**

SALETE RODRIGUES

**A MULHER SUL-RIO-GRANDENSE NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930):
REPRESENTAÇÕES DA SUBMISSÃO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado sob orientação do Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr.

**Taquara
2015**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por ter me dado sabedoria para lidar com os obstáculos no decorrer do caminho.

Aos meus pais que, mesmo não tendo condições de pagar uma boa escola, sempre me incentivaram a continuar estudado; ao meu querido e já falecido pai que, no dia em que fui efetivar minha matrícula na FACCAT, estava ao meu lado, orgulhoso, por mais uma de suas filhas ingressar na faculdade.

Ao Elio, meu marido, que soube ter paciência nesses seis anos.

Ao Hélio Junior e João Gabriel, meus filhos queridos, responsáveis por despertar em mim um desejo de me tornar alguém sempre melhor.

Ao querido amigo e coordenador do TCC, professor Jefferson Luciano Zuch Dias, pela atenção e palavras de incentivo, pela ajuda técnica, em vários momentos.

Às professoras Andrea Helena Petry Rahmeier, Dalva Heinheimer, Doris Rejane Fernandes, Elaine Smaniotto e Sandra Donner, por dividirem seu conhecimento com tanto empenho e talento.

À Élen Waschburger e a Vanuza Mittanck pela amizade, companheirismo, parceria, cumplicidade e apoio nos momentos de apuro, pelas ideias, amigas do coração.

A Nilve Kohlrausch e Milene Monteiro, pela amizade, pelas palavras de incentivo, nos momentos de fraqueza e cansaço.

Ao querido amigo Waldemar David Pereira Dias, pelas palavras de apoio e auxílio nas horas difíceis de construção do trabalho de conclusão de curso, por se prontificar a ler e questionar as afirmativas feitas no TCC, grande amigo.

Ao meu orientador e estimado amigo, professor Daniel Luciano Gevehr, pelas aulas excelentes a que tive o privilégio de assistir, pela paciência, pelos ensinamentos transmitidos no decorrer do trabalho e de toda a minha caminhada acadêmica, por ser um exemplo de sabedoria, profissionalismo e dedicação, por ter um coração enorme e acolhedor, que acalma a gente nas horas difíceis.

Aos demais colegas de curso, pela amizade, companheirismo, durante esses seis anos de convivência, colegas tão queridos, não seria possível nomear a todos. Só vocês para compreenderem a alegria de chegar até aqui. Obrigada a todos pelos momentos inesquecíveis, pelas risadas, companhia e compreensão nos momentos mais difíceis.

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de identificar questões relacionadas ao modo de vida e comportamento impostos pela sociedade sul-rio-grandense às mulheres durante a República Velha, assim como as representações da submissão dessa mulher. Visto que, naquele período, consolidou-se o modo capitalista de produção, conseqüentemente, ocorreram grandes mudanças no Brasil assim como no Rio Grande do Sul, considerado o “celeiro do Brasil”, onde a economia cresceu consideravelmente e a sociedade também passou por transformações tanto no desenvolvimento econômico quanto no comportamento. A partir de análise bibliográfica, foi possível perceber que a mulher foi submetida à vontade do homem. Isso ocorreu devido às características de uma sociedade com o domínio masculino e ideias positivistas que determinavam que a mulher devesse ser esposa submissa, dócil e responsável por gerar filhos e educá-los, além de dedicar-se às tarefas da casa e ao marido, ficando, assim, limitada ao espaço privado, visto como lugar sagrado onde se formariam os novos seres humanos, de forma que a submissão teve suas designações/interesses individuais, de forma consciente ou não. Assim, também, ficaram constatadas as dificuldades e os percalços que as mulheres tiveram na longa caminhada pela emancipação.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Representação. Rio Grande do Sul.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mãe dedicada e amorosa. A Cigarra. São Paulo, jul. 1926, n.281. Apesp. ...	60
Imagem 2 - Luciana de Abreu (1847 - 1880).....	67
Imagem 3 - Mapa Censo Econômico da população feminina de 1920 no Rio Grande do Sul.	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A HETEROGENEIDADE DE CONDIÇÕES DAS MULHERES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO	13
3	CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL NA REPÚBLICA VELHA.....	29
4	A REPRESENTAÇÃO DA SUBMISSÃO DA MULHER.....	46
4.1	A “emancipação” feminina	46
4.2	A mulher e o Rio Grande do Sul positivista	53
5	CONCLUSÃO.....	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa centrada na análise da figura da mulher e sua representação na sociedade, durante a República Velha, no Rio Grande do Sul. Para isso, buscou-se realizar uma abordagem qualitativa e descritiva, analisando dados bibliográficos, assim como documentos, em que se procurou esclarecer as questões relacionadas ao tema.

Com a formação da República, além das mudanças econômicas, observaram-se, no campo da política, alguns aspectos do positivismo, borgismo e castilhismo. Isso tudo dentro de um contexto da ascensão da burguesia.

Essas mudanças resultaram no surgimento do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que, “fundado por Júlio de Castilhos¹ em 1882, adotou a filosofia comteana expressa na obra Política Positivista, para dar um sustentáculo doutrinário que garantisse a disciplina e coesão do Partido” (ISMÉRIO, 1995, p. 16), em que as principais figuras políticas do novo partido eram as mais atuantes da República Velha. Entre eles, a de maior destaque foi Júlio de Castilhos, que governou do início da República, de 1889 a 1898.

Quando Júlio de Castilhos iniciou a reformulação do Estado, seu ato mais agressivo foi o fechamento das fronteiras, que atingiu os latifundiários que possuíam terras em ambos os lados da fronteira. A intenção de Júlio era regulamentar as travessias com a finalidade de angariar impostos.

Quatro anos após o início do Castilhismo, eclodiu a Revolução Federalista, de 1893 a 1895. Os federalistas faziam oposição ao autoritarismo do governo de Júlio de Castilhos e defendiam o ideário liberal, um poder legislativo forte, dentro de um sistema parlamentar. E dada a sua violência, esse movimento ficou conhecido como Revolta da Degola. “O desfecho dessa revolução, que deu a vitória ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e ao castilhismo” (RECKZIEGEL, 2007, p. 10). Iniciou-se, então, um processo de consolidação da república, no qual o positivismo defendia os interesses da burguesia. Nesse processo de desenvolvimento do capitalismo, surgiram novas formas de pensar, que vão ser notados nas construções, monumentos, educação e progresso econômico, buscando sempre a

¹ Júlio de Castilhos, nascido em Cruz Alta, RS, no dia 29 de junho de 1860. Morreu em Porto Alegre, em 24 de outubro de 1903. Foi um jornalista e político brasileiro. Foi presidente do Rio Grande do Sul por duas vezes e principal autor da Constituição Estadual de 1891. Disseminou o ideário positivista no Brasil.

ordem para o seu progresso. Quando morreu Júlio de Castilhos em 1903, ele deixou todo um legado ao seu sucessor Borges de Medeiros², que assumiu o governo de 1898 a 1928.

Tendo presente este contexto histórico, o conceito gênero torna-se fundamental na análise deste trabalho, pois será abordada a mulher sul-riograndense na República Velha, a partir das representações construídas sobre a submissão feminina. Analisam-se as representações da mulher no Rio Grande do Sul na República, mais especificamente nas três primeiras décadas do século XX, para compreender as representações construídas sobre elas. Além disso, aborda-se como a sociedade gaúcha tratou a questão das relações de gênero (homem-mulher) e até que ponto as mulheres foram submissas e aceitavam caladas as regras impostas pela sociedade. Isso tudo aconteceu dentro de uma época em que elas foram literalmente colocadas em segundo plano, “silenciadas” e, nesse silêncio, a que se destinavam pela sociedade e até por sua família, algumas mulheres se acreditavam insignificantes, indignas de se fazerem vistas ou ouvidas. Por um longo período, a mulher viveu no silêncio da história³, ficando limitada ao espaço privado. Não era vista como participante ou construtora da história, passando discretamente pelos acontecimentos e fatos históricos, imersas em silêncios impostos.

Na historiografia a respeito do tema, destaca-se a obra de Mary Del Priore, denominada *História das mulheres no Brasil*, (2013). Nesse trabalho, são abordados temas como família, sexualidade, prostituição e honra feminina, assim como trabalho e cotidiano das mulheres, sendo elas escravas, operárias ou senhoras que tiveram suas histórias registradas na dita obra. Já Michelle Perrot em *Minha história das Mulheres* questiona sobre o papel mulheres, desde sua origem até os dias de hoje, destacando-as mulheres na vida pública e privada, na sua intimidade, na sua atuação coletiva e em suas lutas para existir de modo pleno com igualdade.

² Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul (RS), em 1863. Advogado, iniciou seus estudos universitários na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881, tomando contato com as ideias positivistas de Augusto Comte e tomando parte ativa no Clube Republicano Acadêmico. Em 1885, bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, para onde havia se transferido no ano anterior. Ao regressar para o Rio Grande do Sul, seu estado natal, exerceu a advocacia em Cachoeira do Sul. Ali, tornou-se o chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação liderada por Júlio de Castilhos. Com a Proclamação da República, em 1889, foi imediatamente nomeado delegado de polícia da cidade e, no ano seguinte, integrou a bancada gaúcha na Assembleia Nacional Constituinte de 1890/189. E em 1903, com a morte de Júlio de Castilhos, assume o governo do Estado. (*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

³ Afirmção baseada na autora PERROT. Ver: PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

Considerando que “Gênero é entendido como o estudo das relações sociais entre homens e mulheres e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas” (SILVA; SILVA, 2010, p. 166), leva-se em conta que muitos teóricos utilizam o conceito de gênero para fazer referência a uma construção cultural, em que enfatizam o caráter social/histórico das concepções relacionadas às diferenças entre homens e mulheres. Historicamente, o conceito de gênero nasceu para contestar um ponto de vista que ressaltava as diferenças biológica/sexuais, entre homens e mulheres, que acabava naturalizando a dominação masculina. Essa categoria veio ressaltar que a natureza não esclarece, nem institui as relações entre os sexos, mais sim os elementos sociais e culturais que intervêm mais categoricamente na atitude pela qual os gêneros se relacionam, não existindo funções preestabelecidas para homens e mulheres em qualquer campo social.

Então, o gênero, como categoria de análise, possibilitou verificar o comportamento e os valores que são tidos na sociedade por diferentes grupos e períodos da história. É sabido que a sociedade acaba interferindo nessas diferenças sexuais, estabelecendo padrões e características que definem os comportamentos e personalidades ideais e condizentes com cada sexo, como também se sabe que esses padrões podem se alterar com o tempo, ou seja, eles mudam.

Uma das grandes preocupações das elites dirigentes do Rio Grande do Sul assim como no restante do Brasil, no início da República, era a ordem moral e social. Por sua vez, essas preocupações envolviam as relações de gênero, por meio de medidas impostas ou ideológicas, tendo esta última o discurso médico embasado nos estudos sobre eugenia⁴, que aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais “atualizado” na ciência moderna. Servia de aporte para manter a moral e os bons costumes de uma sociedade que estava passando por profundas mudanças em sua história, sobretudo devido ao estabelecimento do sistema Republicano, a constituição do mercado de trabalho livre, a industrialização, a imigração europeia e a eminente modernização da vida social e política. As transformações sociais e demográficas, resultantes da abolição da escravidão, demandavam uma intensificação do discurso civilizador para contrapor uma possível

⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

igualdade jurídica prevista pela Constituição de 1891, que proclamava uma república de cidadãos livres e iguais perante a lei.

O crescimento urbano e as mudanças sociais traziam consigo novas demandas de sociabilidade para a sociedade e, principalmente, para as mulheres. Criaram-se assim códigos morais para a então sociedade do início do século XX. Nesse momento, a mulher passou a ter uma maior visibilidade nos espaços públicos e foi, aos poucos, se incluindo no mercado de trabalho, deixando de ser somente a mãe “rainha do lar”.

Havia aqueles que defendiam a educação feminina, uma vez que isso serviria para que a mulher se aperfeiçoasse no seu papel de esposa e mãe. No entanto, a grande maioria da sociedade via com temor essa nova mulher, principalmente a ala conservadora a qual temia o desregramento de costumes patriarcais e acreditava que a mulher deveria limitar-se apenas ao espaço privado do lar. Portanto, era evidente o temor pela modernização dos papéis masculinos e femininos, assim como a “desigualdade de gênero” que persistia pautada, principalmente, nos discursos médicos eugenistas.

Os estudos eugênicos afirmavam a inferioridade do negro com relação ao homem branco porque, segundo os estudos feitos por esses médicos, o cérebro do negro era menor e mais leve do que o do branco. Dessa forma, essa mesma tese foi usada para comprovar a inferioridade da mulher.

No momento em que as mulheres passavam a pleitear por seus direitos de igualdade, quebrando regras e buscando seu espaço na sociedade, alguns médicos, tentando manter um regramento até então ditado pela sociedade em questão, associaram esse mau comportamento a doenças e distúrbios físicos e mentais como, por exemplo, à sífilis, tuberculose e histeria, de forma que, no Rio Grande do Sul, a eugenia teve muitos simpatizantes. “Em 1920, Kehl propõe o exame pré-nupcial, que, no Rio Grande do Sul, passará a figurar no Regulamento do DES⁵ (tendo como objetivo a prevenção de moléstias venéreas, tuberculose, lepra, câncer, doenças mentais e nervosas)” (SCLIAR, 1997 p. 529, grifo do autor).

De maneira geral, os dispositivos a respeito foram sendo introduzidos na sociedade de acordo com o decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941. Sendo assim, o exame pré-nupcial passou a ser fator obrigatório da união matrimonial dos

⁵ Departamento Estadual de Saúde (DES).

colaterais de terceiro grau (tios e sobrinhos). Como se sucede com o movimento industrial, abriram-se espaços para as mulheres no mercado de trabalho, como no magistério, na saúde e no comércio, lugares onde era necessário ter certa escolaridade, no entanto, os salários eram inferiores aos dos homens.

Isso ficou evidente no Rio Grande do Sul onde se utilizou do pensamento positivista para justificar a superioridade do homem e a inferioridade da mulher. Demarcava-se, assim, o espaço de cada um no âmbito familiar, assim como na sociedade. Nesse caso, o homem é o dominador, e a mulher, a reprimida, porém, mesmo assim, algumas mulheres conquistaram seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

O tema escolhido para este estudo é animador e, de fato, permitirá entender melhor as desigualdades entre sexos, que, por sua vez, serviram de suporte para a afirmação/consolidação das diferenças de gêneros, naturalmente determinadas. Essa visão é mantida, de certa forma, até os dias de hoje, em alguns segmentos da sociedade.

Julga-se viável o presente estudo sobre a *Mulher Sul-Rio-Grandense na República Velha (1889-1930): representação da submissão*, por haver uma gama bibliográfica ampla para o tema e período escolhido, bem como artigos publicados sobre a história das mulheres, com ênfase nas relações de gênero. O trabalho está estruturado em três capítulos de desenvolvimento com os números dois, três e quatro.

No capítulo *A Heterogeneidade de condições das mulheres nas relações de gênero*, será abordada a questão de gênero quanto às relações entre o feminino e o masculino, uma análise historiográfica a respeito da representação e submissão feminina, no Rio Grande do Sul na República Velha, momento em que ocorrem grandes mudanças no Estado. Será analisada a trajetória histórica e a maneira como a mulher era vista e tratada pela sociedade de sua época. Já no *Contexto Histórico, Social e Cultural do Rio Grande do Sul na República Velha*, abrangendo o desenvolvimento social, político e cultural do Rio Grande do Sul, busca-se uma abordagem no sentido de relatar o desenvolvimento da sociedade sul-rio-grandense na República Velha, período em que a sociedade, como um todo, era baseada e fundamentada nas ideologias positivistas.

Através da análise, procurar-se-á demonstrar como o movimento feminista revelou a dimensão histórica da relação de gênero e colocou em questão a sujeição

das mulheres na sociedade. Organizando-se, as mulheres procuraram, de forma coletiva, seus interesses e a pretensão de emancipar-se.

Em *A Representação da Submissão da Mulher*, buscou-se compreender como a sociedade gaúcha tratou a questão das relações de gênero (homem-mulher), bem como eram tratadas pela sociedade no que diz respeito à submissão e como estavam representadas. Para isso, este capítulo será dividido em dois subcapítulos.

No subcapítulo *A “Emancipação” Feminina* se averiguou como foi essa caminhada/luta pela emancipação da mulher como um todo, assim como a busca de sua emancipação pessoal e profissional. Avaliou-se, nesta etapa, de que maneira essas mulheres eram vistas e interpretadas, bem como se eram discriminadas por parte da sociedade, na qual estavam inseridas.

Em *A Mulher e o Rio Grande do Sul Positivista* buscou-se elucidar como essa mulher era representada na sociedade sul-rio-grandense, discutindo-se como a mulher era retratada/pensada perante a sociedade. Avaliou-se o retrato da mulher perfeita sob os olhares da sociedade e o que fundamentou esse ideal, “honrada e honesta”, discutindo o fato de que as mulheres deveriam limitar-se apenas à educação dos filhos e aos cuidados com a família.

Toda essa análise deu-se a partir de uma cultura em que a moral e os bons costumes estavam embasados na ideologia positivista. Não se admitia, por exemplo, que as mulheres moças e de boa família mostrassem sua importância nem habilidades, tanto na vida cultural quanto na profissional. Elas eram criadas e educadas para serem rainhas do lar, mães zelosas e esposas amorosas.

Já as mulheres moças de famílias mais humildes, devido à necessidade e ao desejo de ter sua emancipação/renda própria, inserem-se no mercado de trabalho e buscam sua autossuficiência, mas, para alcançar esse objetivo, percorrem um caminho cheio de obstáculos e desafios.

2 A HETEROGENEIDADE DE CONDIÇÕES DAS MULHERES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

A pesquisa está inserida na História Cultural uma vez que tem como foco principal o estudo sobre a mulher sul-rio-grandense na República Velha. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos sobre a história, social, cultural e política, pois, ao escrever sobre história, é importante notar que histórias são interessantes, com a condição de se basearem em um método. Conforme Pesavento:

A História Cultural corresponde, hoje, a cerca de 80% da produção historiográfica nacional, expressa não só nas publicações especializadas, sob a forma de livros e artigos científicos, como nas apresentações de trabalhos, em congressos e simpósios ou ainda nas dissertações e teses, defendidas e em andamento, nas universidades brasileiras. Essa constatação, dada a partir dos anos 90 do último século no Brasil, marca uma verdadeira virada nos domínios de Clio. As alterações ocorridas no âmbito da História, porém, datavam de bem antes, se levamos em conta o panorama internacional. Podemos, talvez, situar os sintomas da mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz do mundo pós-guerra. (PESAVENTO, 2007, p. 5).

Naquele momento, insinuou-se o que hoje se chama de crise dos paradigmas explicativos da realidade, causando rupturas epistemológicas e colocando em dúvida os marcos conceituais que influenciavam a História. A dinâmica social se tornava mais complexa com a inserção de novos grupos, os quais tinham novos interesses. As tradicionais correntes de análise não atendiam mais os questionamentos perante a eminente heterogeneidade social. Nesse sentido, a questão da função social de uma história que narra algo sobre os problemas atuais aparece claramente se for interrogado a respeito do que pode ser transmitido no ensino dessa produção histórica desiludida.

As sistematizações não são próprias da história e podem ser encontradas, igualmente, na sociologia e na antropologia, entretanto, nem todos os métodos de validação garantem o mesmo agir. Todavia, nem todos os métodos têm o mesmo valor. Para ser válido, o método deve ser duplamente pertinente, em relação tanto às questões formuladas, quanto às fontes utilizadas. Com efeito, ou todos os métodos são válidos e a história não passa de interpretações, pontos de vistas subjetivos, ou,

então, em história existem verdades que dependem do rigor dos métodos adotados. “No primeiro caso, a história desempenha uma função social comparável do ensaio ou do romance, mas globalmente este se distingue pela profundidade de seu sentido. No segundo caso o historiador pode arvorar a legítima pretensão de deter um saber verificado” (PROST, 2012, p.262).

Desse modo, a função de sua questão social se formula então em outros termos. É importante enfatizar que o cenário é desigual quando a história se concentra em assuntos mais limitados com o anseio de delinear funcionamentos mais objetivos, representações mais pessoais ou, “se forem sociais que não exerçam uma influência direta sobre a evolução macrossocial. A história assume então a função de responder outro tipo de curiosidades” (PROST, 2012, p. 265). A única afinidade com a atualidade é o fato de corresponderem às expectativas dos contemporâneos.

As percepções do social não são qualquer discurso imparcial, pois lançam estratégias e “práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados e legitimam um projeto reformador ou justificam, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17). As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social como julgou durante muito tempo uma história de vistas curtas, pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto instantâneos.

Abordou-se mais até agora sobre a história política, cultural e social. A partir desse momento, abordar-se-á outro aspecto o qual é de fundamental importância para o bom desenvolvimento deste estudo.

A primeira observação importante a ser feita é que foi do interior da classe das mulheres que aflorou a categoria gênero, assim como a análise “gênero” passou a ser utilizada entre as historiadoras a partir do que essas estavam escrevendo sobre a história das mulheres. O emprego da expressão gênero “tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas.

Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos” (PEDRO, 2005, p. 78).

Em fins do século XIX e início do século XX, os movimentos feministas passam a reivindicar direito ao voto, assim como direito ao trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança. A palavra “gênero” passou a ser usada pelo feminismo no íntimo das discussões que aconteciam dentro do movimento, em que se almejava uma razão para a sujeição das mulheres. Dentro desse contexto, é interessante perceber a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres.

Em relação a esse aspecto, Pedro (2005, p.79, grifo da autora) acrescenta que o feminismo passou por algumas ondas:

O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. Foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres.

Cabe destacar que analisar o feminismo a partir dessas distintas ondas, assemelhando-se a uma reação em cadeia, resultará em muitas ações/ondas. No entanto, os movimentos feministas/mulheres só obtiveram uma maior visibilidade nos anos de 1960, nos Estados Unidos, nas palavras da mesma autora, com uma das primeiras obras de Betty Friedan, *A mística feminina*, publicada nos Estados Unidos, em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, *O segundo Sexo*, publicado em 1949 (PEDRO, 2005, p.79), também refletiu no reviver do movimento feminista francês.

As feministas compreenderam que era necessário haver ações que melhorassem a vida das mulheres e, para que isso ocorresse, era imprescindível lutar por uma sociedade mais igualitária. Questionavam/debatiam que, na sociedade, o universal é o homem. Dessa forma, elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. “Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da ‘Mulher’, e não do ‘Homem’, mostrando que o ‘homem universal’ não incluía as questões que eram específicas da ‘mulher’” (PEDRO, 2005, p. 80, grifos da autora).

O movimento feminista revelou a dimensão histórica da relação de gênero e colocou em questão a sujeição das mulheres na sociedade. Organizando-se, as mulheres procuraram, de forma coletiva, seus interesses e a pretensão de emancipar-se.

Em um aspecto mais amplo, “o feminismo pode ser definido como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros. Um processo com raízes que se estendem desde o passado remoto até o presente” (SILVA; SILVA, 2010, p. 145). De forma distinta, o feminismo até pode ser enunciado como o discurso de procura de igualdade entre os sexos. O movimento feminista fez da produção histórica outro campo para retomar seu passado e verificar/identificar a causa/motivo da dominação masculina. É sabido que a categoria gênero está intimamente atrelada às relações de poder entre o homem e a mulher. Contudo, a categoria gênero não estava presente, o que se usava era categoria mulher em oposição à categoria homem, ou seja, o homem era o centro do universo.

As feministas questionavam por que, na sociedade, o homem é o centro. Dessa forma, as mulheres não se percebiam incluídas uma vez que eram classificadas pelo masculino, então, passaram a reivindicar sua identidade de mulher reconhecida e à parte a do homem. Nos anos de 1980, os movimentos feministas⁶ e de mulheres passam a empregar gênero ao invés de sexo. Dessa maneira, o que pretendiam era dar ênfase à ideia de que as diversidades que se percebiam na conduta de homens e mulheres não dependiam do sexo como uma ação biológica e, sim, determinada pelo “gênero”, sendo atreladas à cultura.

Desse modo, “o uso da categoria de análise “gênero”, na narrativa histórica, passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres” (PEDRO, 2005, p. 89). Ao mesmo tempo, também as relações entre homens e entre mulheres avaliavam, como em momentos distintos do passado, os conflitos, sendo que os acontecimentos constituíram produto do gênero.

⁶ Movimentos feministas: movimento pelo qual se assumiu e criou uma identidade coletiva das mulheres como indivíduos do sexo feminino, possuidoras de interesses compartilhados: o fim da subordinação aos homens, da invisibilidade e da impotência, a defesa do direito de igualdade e de controle sobre seu corpo e sobre sua vida. (SILVA, Karina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 146).

Como já fora enunciado, por um longo período, a mulher ficou invisível na história escrita por homens. Elas eram excluídas, uma vez que o mundo privado, onde elas viviam, não havia interesse. Era no espaço público, o mundo dos homens, em que se desenrolavam os grandes acontecimentos e somente esse era interessante. Scott (1995, p.75) afirma que:

O termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um dominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais, - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivas sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Como propagação dos ensaios sobre sexo e sexualidade, gênero transfigura-se como um termo individualmente benéfico, uma vez que oferece um elemento para especificar a prática sexual dos papéis sexuais impostos às mulheres e aos homens. Por isso, o enfoque sobre as mulheres visa estabelecer um caráter de valor a elas, dotando-as de significado histórico, manifestando o rompimento com as definições tradicionais da história. Discute-se, então, a preferência em se escrever sobre o homem e não sobre a mulher. Esse é o tema desta pesquisa.

A narrativa histórica clássica optou por privilegiar fatos em que as mulheres pouco apareceram, a exemplo da política e da guerra, ficando elas praticamente sem espaço. Essa omissão da narrativa foi seguida por uma ausência de descrições no campo “das fontes nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário. No século 19, por exemplo, os escrivães da história - administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres” (PERROT, 2005, p. 33). Ou seja, estavam destinadas ao silêncio e, quando mencionadas, essas a descrevem como mulheres más e históricas. Assim sendo, pode-se perceber o desenvolvimento da sociedade humana por meio de estudo das relações de poder entre homens e mulheres nos diferentes períodos da história.

Sabe-se que “a cultura dominante contribui para a integração real das classes dominantes, para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à

desmoralização das classes dominadas” (BOURDIEU, 2005, p. 11), que se separa cada vez mais da classe de dominados. As afirmativas de que a função das mulheres é ser mãe, e a política, por sua austeridade competitiva, é ocupação para os homens, consistem em bons exemplos dessa cultura de dominação. Assim sendo, naturaliza-se uma separação de trabalhos segundo interesses dos sujeitos que dominam os instrumentos do poder.

A Escola dos Annales, com sua metodologia de pesquisa, incitou o desenvolvimento de uma história com ênfase no cotidiano, na vida privada e também nos grupos excluídos pelos positivistas. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, eram críticos da história tradicional e almejavam uma nova forma de fazer história.

No interior da proposta da Nova História, as relações de gênero desempenham um importante papel para uma pesquisa focada no cotidiano, nas relações sociais e, também, no imaginário da sociedade em que essas relações se instituem. A análise histórica sobre gênero procurou uma extensa variedade de sociedades, além das do Ocidente, aproximando história do gênero e história mundial de forma ampla. “Vários padrões de gênero foram comparados como forma de testar diferenças e semelhanças importantes nas maneiras pelas quais homens e mulheres se definem suas funções na vida” (STEARNS, 2012, p. 16).

Há, entretanto, um consenso de que a heterogeneidade entre o feminino e masculino aumentou quando as sociedades mudaram suas atividades econômicas de caça e coleta para a agricultura. E nas civilizações agrícolas mais bem-sucedidas, com governos mais fortes, as desigualdades de gênero, principalmente nas classes mais altas, tenderam a crescer ainda mais, à medida que os homens pressionaram as mulheres a se dedicar aos serviços domésticos, subordinadas à família. Stearns (2012) salienta que atividades desse tipo ajudaram a mesclar história de gênero com história mundial, apesar da maioria das histórias, até pouco tempo, ter desvalorizado o tema gênero, atendo-se às atuações das elites políticas e intelectuais em sua maioria masculina.

É fato, porém, que, em se tratando de gênero, se leva em conta uma determinada sociedade, limitando-se a essa, tornando-se assim complexo assimilar história do gênero com uma história global. Assim como os papéis de gênero e os contatos culturais são partes essenciais da história, também é claro que, graças à

expansão do conhecimento histórico dos últimos anos, se abriu o leque da compreensão sobre gênero e suas relações. Valores de gênero são intimamente individuais e parte da identidade individual e social.

As pessoas podem ser particularmente relutantes em modificar padrões que determinam feminilidade e masculinidade ainda que comprimidas por uma sociedade que pareça unicamente influente e bem-sucedida, ou ainda por buscarem maneiras de equilibrar quaisquer concessões que sejam forçadas a fazer. E, ainda, os representantes de determinada sociedade comercial ou missionária ativos podem julgar as regiões dessa sociedade, podendo reprovar ou não o modo como as mulheres se comportam.

Por exemplo, “Nos Estados Unidos alguns viajantes destacaram, no século XIX, a independência das mulheres como algo questionável numa época que para os padrões americanos as mulheres eram reprimidas” (STEARNS, 2012, p. 16). No entanto, o exemplo americano não deve ser assumido como um padrão geral, dada a importância da experiência de imigração para os próprios imigrantes, pois esses desempenhariam um papel essencial no processo de mudança das relações culturais da história mundial contemporânea e, conseqüentemente, nas mudanças em relação ao gênero. O lugar da mulher inserido na história é proposto pela antropologia histórica do século XIX bem como pelos estudos a respeito do cotidiano e das mentalidades produzidos pela Escola dos Annales, como esclarece Gonçalves:

Em síntese não há como negar a contribuição da corrente historiográfica dos Annales para a história das mulheres, com seu “alargamento progressivo do campo histórico às práticas quotidianas, aos comportamentos vulgares, às ‘mentalidades’ comuns” mesmo que “as relações entre os sexos não [tenham sido] a preocupação prioritária de uma corrente interessada, sobretudo, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais, mas que, no entanto, lhe deu atenção favorável”, acabando por criar condições intelectuais propícias à incorporação da mulher como sujeito histórico (GONÇALVES, 2006, p. 55, grifos do autor).

No decorrer da história, a mulher foi levada a repetir as falas que assinalavam o seu espaço na sociedade. Era consenso que a elas cabia preocupar-se com a família e ao homem cabia o sustento e, por consequência, o comando e o domínio na sociedade conjugal.

Portanto, as maneiras de “registro das mulheres estão ligadas à sua condição, o seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória” (PERROT, 2005, p. 39). Nesse sentido, o gênero tornou-se uma maneira de definir/indicar as condições sociais, definindo os papéis entre homens e mulheres. Por conseguinte, gênero, como categoria de análise, possibilitou averiguar o comportamento e os valores que se tinha na sociedade em um determinado período da história. De acordo com Gonçalves (2006, p. 74), “Para alguns historiadores das Mulheres, Michelle Perrot entre eles, a introdução da categoria gênero colocaria em segundo plano o sexo biológico ao incluir a ideia de que as diferenças entre os sexos seriam uma construção cultural”.

Ainda que não negasse que o sexo biológico era um fator de identificação, pessoal ou coletivo, os críticos das correntes que predominavam desde o século XVIII sustentavam que este não era o único fator e nem ao menos o mais importante. Com a afirmação da categoria gênero, seriam exímias a superação de noções universais, fossem elas de homens, ou de mulheres.

Nota-se que, inicialmente, as mulheres viviam bem longe do espaço público, “o único que, por muito tempo merecia interesse e relato” (PERROT, 2007, p.16), limitadas ao lar, dedicando-se aos seus afazeres. Elas não eram notadas pela sociedade e, por conseguinte, não precisavam ser referidas, eram invisíveis “destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução” (PERROT, 2007, p.16). Ainda de acordo com a mesma autora, a falta de fontes registradas por elas foi ocasionada pelos poucos vestígios diretos, materiais e escritos devido ao acesso tardio à escrita, sendo que muito do que se perdeu foi praticamente apagado por elas, já que acreditavam ser desinteressantes. Ora, são apenas mulheres, cuja existência pouco importa. Perderam-se, assim, muitas informações precisas que permitiriam uma melhor compreensão a respeito do sexo feminino.

Com o passar do tempo, os historiadores passaram a ser seduzidos pelo assunto “mulheres”, surgindo a necessidade de se pesquisar e escrever sobre sua história, buscar saber mais sobre o cotidiano das mulheres, assim como da sua participação na história. Os fatores sociológicos também foram responsáveis pela maior participação das mulheres na história e, através do acesso às faculdades,

onde por tanto tempo foram rejeitadas, passaram a receber mais evidência, uma vez que começaram a dominar um ambiente antes destinado somente aos homens.

E a partir da década de 1970, passou-se a empregar, para distinguir o tema da diferença de sexos, o conceito gênero, que constituiu um rompimento político, produzindo um espaço definido para o estudo da história das mulheres. Com isso, gênero tem sido, desde então, a categoria usada para se falar da diferença sexual (homens-mulheres).

Conseqüentemente, o termo gênero tornou-se uma maneira de indicar as “condições sociais”, definindo os papéis entre homens e mulheres, como categoria de análise. Isso possibilitou verificar o comportamento e os valores que são tidos na sociedade em um determinado período histórico, mas que podem ser rejeitados em outras formas de organização social. De acordo com Gonçalves (2006, p. 76, grifo do autor),

O reconhecimento de que a introdução da categoria gênero tenha representado um considerável avanço no que até então era tratado essencialmente como história das mulheres tenha sido partilhado por boa parte dos historiadores – mesmo que por motivos diferentes, variando entre aqueles que viam na sua incorporação uma forma mais neutra, mais “científica” e, portanto, uma alternativa à forma politizada como se vinha construindo o conhecimento sobre as mulheres.

Tal consideração – aquele que saudava seu jeito relacional - não deixou de gerar debates acirrados e que podem ser sintetizados em pelo menos duas diferentes perceptivas: a de que a categoria gênero havia passado por uma ação de assimilação e passara a ser sinônimo de história das mulheres, conforme Gonçalves (2006, p. 77), “contradizendo explicitamente considerações como de Michele Perrot para quem a categoria relacional de gênero substituiu internacionalmente a perspectiva de uma história das mulheres”. Com isso, o emprego do campo gênero não supre a construção do campo reconhecido como história das mulheres de maneira precisa, sendo, então, avaliada como história da construção social das categorias do masculino e feminino.

A agitação de libertação das mulheres, desenvolvido “a partir dos anos 1970, não visava de início à universidade e suas motivações não incluíam a história: contava com o apoio de mulheres intelectuais⁷” (PERROT, 2007, p. 19). Essa

⁷ Leitoras de Simone de Beauvoir que acreditavam que tudo estava resolvido no livro *Le Deuxième sexe*.

agitação teve, como resultado, o conhecimento, ao menos em dois distintos estilos. Inicialmente, a busca no passado e de legitimidade, por seu desejo de descobrir resquícios e torná-los concretos. Iniciou-se, assim, a análise de conhecimento que vem se desenvolvendo desde então na essência da sociedade em sua totalidade, uma vez que esse movimento apresentou pretensões mais teóricas, visando criticar os conhecimentos construídos.

E, por fim, a ideia de que ela se tornaria sinônimo da história das mulheres, pois muitos trabalhos que se mostraram focalizados nos aspectos de gênero acabavam por não reconstruir a contraparte das representações do masculino. De acordo com Rago:

Recentemente, outro prestigiado historiador francês advertiu contra os perigos de se investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal; de se observar os usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos; de se definir a natureza da diferença que marca a prática feminina; e da incorporação feminina da dominação masculina. Muito preocupado em reconhecer a importância da diferenciação sexual das experiências sociais, Chartier revelava certo constrangimento em relação à incorporação da categoria do gênero, numa atitude bastante comum entre muitos historiadores, principalmente do sexo masculino. (RAGO, 2012, p. 22).

O feminismo não apenas tem lançado uma crítica incisiva ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como ainda indica uma maneira alternativa de intervenção e articulação nesse campo. Além disso, seria simples considerar que a teoria feminista rompe categoricamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, sem distinguir as rupturas, assim como há também muitas permanências em relação ao conhecimento científico.

Desse modo, as intelectuais feministas sugeriram não somente que o sujeito deixasse de ser tomado “como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (RAGO, 2012, p. 06). Por conseguinte, os “estudos da mulher” não necessitariam ser articulados como uma questão biológica pré-definida, anterior à História, mas como uma identidade estabelecida social e culturalmente na conjuntura das relações sociais e sexuais, pelos métodos disciplinadores e pelos discursos.

A sociedade acaba interferindo nessas diferenças sexuais, instituindo padrões e particularidades que definem condutas e individualidades. Ou seja, é necessário

estar ciente de que “os papéis sociais de gênero são mutáveis, e homens e mulheres podem, ao longo do tempo e dependendo da sociedade em que estão inseridos, apresentar práticas e comportamentos diferenciados” (SILVA; SILVA 2010, p.168). Mesmo que a história das mulheres se encontre associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como um aspecto no meio acadêmico ou na sociedade em geral, “ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado. Muitos daqueles que usam o termo gênero, na verdade se denominam historiadores feministas” (SCOTT, 1992, p.66). Não é apenas um atrelamento político, mas também uma probabilidade teórica que os leva a encarar o sexo como uma atitude mais perfeita de conceituar a política. Embora as feministas tivessem conquistado um espaço para as mulheres, ainda havia desigualdade.

Apesar de que o tema gênero em alguns casos seja focado na questão sexual, ele também atua em outros aspectos da sociedade como a classe social e esfera familiar, colaborando para uma melhor compreensão das diferentes relações sociais e não somente a relação entre homens e mulheres. Ele também é utilizado nas questões étnicas e raciais, em que uma se julga soberana à outra. Ademais, gênero, como categoria de análise, possui a primazia de sugerir uma modificação dos padrões do conhecimento clássico, não só impondo, mas também acrescentando temas novos e, também, instituindo, fazendo do gênero um componente essencial de relações sociais constituídas sobre a heterogeneidade verificadas entre os sexos, sendo ele o primeiro a dar sentido às relações de poder.

Em um universo em que, como nas sociedades tribais, a ordem da sexualidade não se estabelece como tal, em que as diferenças sexuais continuam mergulhadas no conjunto das aversões que constituem todo o cosmos, as características e as ações sexuais se veem sobrecarregados de decisões “antropológicas e cosmológicas. Ficamos, pois, condenados a equivocarmos segundo a categoria do sexual em si” (BOURDIEU, 1999, p.16). A instituição da sexualidade como tal que descobre sua prática no erotismo fez perder o senso da origem sexualizada, que se aprofunda na linguagem sexual do corpo socializado. A separação entre os sexos parece encontrar-se na ordem dos fatos, ou seja, é normal/natural, a ponto de ser despercebido, em todo mundo social, integrado, nos

indivíduos e nos hábitos dos agentes, atuando como preceitos para uma clareza de pensamento e de ação.

Esse ensaio abrange o mundo social e suas injustificáveis separações, a exemplo da construção socialmente falando em que há uma separação entre os sexos vistos como normais/naturais, adquirindo, dessa maneira, todo um conceito de legitimação. Portanto, o poder da ordem masculina se confirma no fato de que ele não precisa de justificação, de forma que, segundo Bourdieu (1999), a ordem social se compara a uma grande máquina simbólica, a qual visa comprovar o domínio do homem, em que a organização da sociedade e do olhar em volta dessa “mulher” é estabelecido a partir das separações entre masculino e feminino.

A diferença anatômica e biológica entre sexos do homem e da mulher que a sociedade constrói é encarada como justificativa para as diferenças estabelecidas entre os gêneros. Ou seja, a força da sociedade masculina vem em razão dela acumular/condensar. “Ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2005, p. 33). O trabalho de uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo, se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos. Impondo definições e diferenciais dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, tende a excluir do seu mundo tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero.

O progresso nas pesquisas sobre a história das mulheres não corresponde ao mesmo empenho no sentido de constituir as relações entre os conhecimentos feminino e masculino entendido em suas multiplicidades/pluralidades. “Não menos importante, e não obstante os esforços feitos nessa direção por boa parte dos estudiosos, ainda não parecem definitivamente superadas as visões essencialistas, sobre as mulheres, conquanto sujeito histórico” (GONÇALVES, 2006, p. 139).

Na obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir⁸ não aborda especificamente a luta das mulheres. A autora não saiu dessa ideia de dependência das mulheres

⁸ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora e ensaísta francesa. Sua obra mais conhecida é o livro “O Segundo Sexo”. É considerada uma das maiores representantes do pensamento existencialista francês. Também é uma das escritoras mais influentes do ocidente. Suas ideias tratavam de questões ligadas à independência feminina e o papel da mulher na sociedade. Sua obra refletia a luta feminina e as mudanças de papéis estabelecidos, assim como a participação nos movimentos sociais.

condenadas a continuar sendo “o segundo sexo”. Neste trabalho, não se percebe explicitamente as mulheres buscando libertar-se e se transformarem em sujeitos. Ela coloca suas expectativas no crescimento do número de mulheres instruídas/escolarizadas. O fato é que, embora Simone Beauvoir seja considerada um ícone no que se refere aos movimentos feministas, falha ao não se referir propriamente à luta das feministas.

A mulher não compartilhou grandes eventos políticos e sociais na história e, por isso, escreve-se pouco a seu respeito. Outro fator que contribuiu para isso era que a grande maioria das mulheres não vivia suas vidas, mas, sim, a do outro, operando quase sempre em prol do homem, visto como o grande protagonista da história. De acordo com o pensamento de Bourdieu (2005, p. 45):

A dominação masculina encontra reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.

Nesse sentido, supõe-se que a mulher está mais para um objeto de trocas e um instrumento de construção das alianças de prestígio, ou seja, ela é portadora da condição social do homem. Portanto, está inserida no jogo simbólico.

A produção do conhecimento histórico se ajusta até pouco tempo sobre o equívoco de que o homem branco era o sujeito central, já que as relações de poder assim o conceituaram e não foram totalmente abordadas a ponto de promoverem uma completa reorientação dos enfoques históricos. As mulheres permanecem ao mesmo tempo inseridas na história e excitam a sua reescrita. Elas proporcionam um elemento a mais, sendo assim necessária a complementação, indispensável à história.

Se os esclarecimentos das relações de gênero constituíram uma forma expressiva para o entendimento da história da família, da sexualidade e da infância, resta, agora, introduzir essas relações na história política, econômica e militar, campos atendidos como arredo ao reconhecimento da ação da mulher. Da competência de suas respostas, com certeza, depende o encaminhamento das

“complexas questões multiculturais que se acentuam no século XXI, reatualizando o potencial essencialmente político e porque não, subversivo, como insistem várias outras que se dedicaram a esse campo do conhecimento, da história das mulheres e de gênero” (GONÇALVES, 2006, p. 141).

Todavia esta não foi uma ação linear, porque não foi simplesmente colocar algo que estava faltando. Ao contrário, há uma incômoda ambiguidade essencial à concepção da história das mulheres, pois ela é, ao mesmo tempo, um apêndice inocente da história estabelecida. Assim sendo, reivindicar o valor das mulheres na história constitui, essencialmente, ir contra as definições de história e seus agentes já constituídos como exatos, bem como reflexões/questões apuradas sobre um fato que teve importância no passado.

A diferença sexual inscrita nas práticas e nos acontecimentos é sempre edificada pelos discursos que a fundam e a legitimam, “afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como sexo frágil” (RAGO, 2012, p. 7). Ou seja, as relações entre homens e mulheres são análises inspiradoras e seu entendimento é de suma importância para uma maior compreensão no que se refere à história da família, da sexualidade e da sociedade propriamente dita.

Para avaliar corretamente o gênero feminino durante a República Velha no Rio Grande do Sul, é necessário ver como essa mulher era percebida nos demais grupos femininos. A mulher, alvo principal desta pesquisa, é resultado da opção por aquela que compõe a elite rio-grandense. Ela seria a responsável por manter um sólido ambiente familiar, o lar afável, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo, devendo, também, representar o ideal de moral e honestidade. Nota-se, assim, a importância e o compromisso que essas obrigações exigiam da mulher.

Era vital o comprometimento e o empenho dela pelo que acontecia dentro do ambiente privado, assim como no espaço público, pois suas atitudes eram de fundamental importância para a obtenção de respeito e distinção dentro da sociedade. Consequentemente, as desigualdades entre homens e mulheres são constituições da sociedade e, portanto, não podem ser esclarecidas pela diferença biológica entre os sexos. Ou seja, homens e mulheres, dependendo do período e a

sociedade em que estão inseridos, podem apresentar condutas distintas, mas a concepção sobre ambos não pode ser obtida com estudos separados. Para que haja uma compreensão significativa, é necessário conhecer o outro e a relação que se estabelece entre ambos.

O fato é que as mulheres, mais do que os homens, continuam sendo dominadas pelos modelos tradicionais de conduta. Verdadeiro ou não, esse ponto de vista testa, sobretudo, a força com a qual as representações tradicionais das mulheres e homens são mantidas.

Passemos, então, à outra questão à qual a acadêmica se propõe a responder, referindo-se à representação que é um conceito impreciso, uma vez que, na analogia que se constitui entre ausência e presença, a correlação não é da resolução do mimético ou da clareza. Ou seja, a representação não é uma reprodução/imitação automática dos gestos e de atitudes concreta, mas a constituição perpetrada a partir deles.

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas esses revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto no dado tempo.

O poder das representações se produz não pela sua importância do fato, mas, sim, da correlação das orações e das imagens com o concreto. Ela se dá pela capacidade de mobilizar e de refletir/admitir e a autenticidade social. As representações se colocam em regimes de probabilidade e de confiabilidade e não de autêntico/verdadeiro.

As representações sociais mostram uma atitude de elucidar e refletir sobre o fato cotidiano. São aspectos do conhecimento do exercício intelectual desenvolvidos pelas pessoas e pelos grupos para adsorver seus estilos que se referem à circunstância, aos acontecimentos, às finalidades e aos entendimentos que lhes dizem respeito. O social interfere de várias maneiras, sendo pelo contexto concreto no qual se estabelecem grupos e pessoas; pelo entendimento que se constitui entre eles; pelo conjunto de apreensão que fornece seu conhecimento cultural; e “pelos

códigos, simbólicos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas” (SÊGA, 2000, p. 128). Ou seja, a representação social é um conhecimento objetivo, que norteia acontecimentos que não são naturais e fabricam as evidências da existência consensual, colaborando para a constituição social da realidade.

A representação é consecutivamente a imputação da atitude que as pessoas tomam na sociedade, sendo a representação social de determinado acontecimento ou de alguma pessoa. Ela não é plágio do real/ideal, nem artifício subjetivo do objeto, ou parte sujeito, mas o meio através do qual se determina a ligação entre o mundo e as coisas.

Sendo assim, as probabilidades de sentido expõem um elemento ausente que é substituído por uma figura capaz de restaurar na memória. Essa representação expõe uma assiduidade como a exposição pública de alguma coisa ou alguma pessoa. Conforme Chartier (1991, p. 21), a distinção fundamental entre representação e representado, entre signo e significado, é pervertida pelas formas de teatralização da vida social de Antigo Regime. Todas elas têm em vista fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe.

De acordo com Bourdieu (2005), ao se conferirem, assim como o mau funcionalismo, as consequências da dominação a qualquer pretensão privilegiada e central, tornaram-se incapazes de entender o aporte próprio. Nesse sentido, incluem-se os sobrepujados que se dão, desejando ou não, entendendo ou não, para o emprego da dominação através da associação que se institui dentre suas atitudes, atreladas às suas condições sociais de cultura.

3 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL NA REPÚBLICA VELHA

A história política é importante para a compreensão do todo social, mas marca também os caminhos já vistos, caminhando para a sua renovação. A história não escapa à própria mudança, grandes oscilações do movimento das ideias, modas e intelectuais. Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono.

Todavia, a nova história política preenche todas as condições imprescindíveis para ser reabilitada, uma vez que o cultural, o econômico, o social e o político influenciam-se mútua e diferentemente de acordo com as circunstâncias, sustentando ao mesmo tempo cada um sua história, independente de suas especificidades. “A política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira” (RÉMOND, 2003, p. 10).

Com base nessa pequena introdução teórica, passa-se, então, a dissertar sobre a instauração da República (1889) no Brasil, momento em que ocorrem grandes transformações no país, e isso representou um ajustamento do nível político. Os anos após a Proclamação da República foram caracterizados por muitas mudanças. A europeização⁹, antes limitada ao espaço doméstico, transformou-se imediatamente em objetivo/obsessão das políticas públicas.

Por mostrar-se uma visão otimista do presente e do futuro, o final do século XIX e começo do século XX foram caracterizados, segundo os costumes vindos da Europa. Havia, porém, um lado obscuro naquele momento. De início da recém-formada República, conviveu-se com crises econômicas, apontadas por inflação, desemprego e superprodução do café. Tal condição, associada ao acúmulo de terras e a carência de um sistema escolar mais desenvolvido e efetivo, fez com que a maior parte dos escravos recém-libertos passasse a viver em condições de quase completo abandono. Além da pobreza, eles enfrentaram preconceitos os quais estavam cristalizados em instituições e leis, feitas para marcá-los negativamente como cidadãos, sem direito nem voz na sociedade brasileira. Nessa lógica, é

⁹ Europeização: ato ou efeito de europeizar, aderir ao estilo europeu.

admissível assegurar que a introdução do ideário da *belle époque*¹⁰ permaneceu longe de ser ingênuo. “A ciência europeia da época que passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas era marcada por visões racistas, nas quais os brancos ocupavam o primeiro lugar do desenvolvimento humano” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p.220). E por se tratar de uma sociedade que acabara de sair de um regime escravocrata, no Brasil, entre 1910 e 1940, ocorreu um movimento eugenista/sanitarista, responsável pela fiscalização das doenças e das desmoralizações sociais, quando se buscavam medidas para instigar a educação sanitária, sexual e moral para a população. No Brasil, de acordo com Souza (2006, p. 14, grifo do autor):

O movimento eugenista começou a ser organizado logo após a Primeira Guerra Mundial. Formado por médicos, higienistas, advogados e educadores, o campo eugênico brasileiro concentrou suas atenções nos graves problemas sociais, como o saneamento, a higiene, a saúde pública e a educação. Por outro lado, as ideologias raciais e as discussões sobre a formação da nacionalidade também motivaram sobremaneira as idéias eugênicas no Brasil, já que o país era considerado como uma das nações mais miscigenadas do mundo. De maneira geral, o programa eugênico brasileiro se definiu pela divulgação de medidas oriundas da “eugenia preventiva”, cujo interesse visava ampliar as reformas do ambiente social.

Conforme Souza (2006), a obsessão pela ideia de uma “raça nacional” se tornou habitual entre os intelectuais, sobretudo entre médicos higienistas.

Na esfera econômica, esboçava-se a formação de um mercado interno e surgiam perspectivas de novos empreendimentos. Outro ponto a se destacar nesse período foi a substituição dos transportes tradicionais, como lombo de burro, o carro a boi e a barcaça, pelas ferrovias. Essa sim foi uma das responsáveis pelo desenvolvimento urbano, econômico e social da maioria das cidades brasileiras. O trem proporcionou uma maior mobilidade para os viajantes e comerciantes, assim como a substituição do barco à vela pelo barco a vapor, favorecendo o crescimento da economia brasileira que se tornou mais diversificada e complexa.

A agricultura não era mais o único empreendimento possível. Os capitais começam a ser aplicados em outros setores, como em organização de instituições de crédito, estabelecimento industriais, principalmente no campo da fiação e tecelagem.

¹⁰ Belle Époque é palavra de origem francesa que significa bela época, período de florescimento cultural e intelectual na Europa na modernidade. Período que foi marcado por profundas transformações que se refletiram nos novos modos de pensar e viver o cotidiano.

Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que se poderia chamar de pequena média burguesia. Ou seja, tais mudanças econômicas e sociais acabariam por gerar a interiorização do capitalismo no país. Na essência desse processo de mudanças, surgiram novos grupos sociais, que passaram a pressionar o sistema vigente, a burguesia agrária cafeeira, no comando da renovação econômica, “segmentos médios urbanos e um ‘novo exército’, com aspirações de participação política. As classes emergentes, burguesia e classe médias, associadas ao grupo funcional descontente (exército), articularam a queda do regime” (PESAVENTO, 2002, p. 64).

Em resumo, mostra-se o antagonismo entre a estrutura monárquica e as novas alterações surgidas. A nova realidade política resultou na organização de alguns grupos a partir do ideário Liberal, e no positivismo, essas ideias entusiasmaram boa parte dos intelectuais brasileiros, tanto pelo seu modo teórico filosófico quanto pelo teor republicano, ao destacar que o aparelho de governo monárquico precisaria ser deposto em nome do progresso que só seria obtido através da materialização da República.

A República caracterizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política e na formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à Presidência da República. De acordo com Fausto (2012, p. 148):

O que representavam as oligarquias? O que significava falar o nome de São Paulo, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, para ficar nos exemplos mais expressivos? Se havia um traço comum na forma pela qual essas oligarquias monopolizavam o poder político, havia também diferenças nas suas relações com sociedade. Em São Paulo a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, também à indústria.

Isso não significa que a mulher era um simples representante de grupos. A oligarquia paulista, por exemplo, conseguiu estruturar o Estado de São Paulo com competência, dando prioridade às predileções mais gerais do grupo dominante. Do mesmo modo que a oligarquia gaúcha, a mineira controlava concomitantemente o

PRR¹¹ e o PRM¹² e possuíam suficiente “autonomia em suas relações com a sociedade. O PRR impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão” (FAUSTO, 2012, p. 148). Tendo que considerar essas esferas da sociedade, formou um corpo de políticos que, em boa parte, ocasionava a própria origem do poder.

Em um primeiro momento, o que se percebe é que a população, por meio do voto, poderia fragmentar o poder das oligarquias. Todavia, o voto não era obrigatório à população em geral. Outra questão importante a esse respeito é que o voto não era secreto e, sendo assim, o eleitorado estava sujeito à pressão por parte dos dirigentes políticos. Isso de certa forma abria espaço para as fraudes eleitorais. Outra questão a se ressaltar foi esse aspecto que nem “todas as eleições para presidente da República foram simples ratificação de um nome. Houve bastante disputa nas eleições de 1910, 1922 e 1930, quando se elegeram, respectivamente, Hermes da Fonseca, Artur Bernardes e Júlio Prestes” (FAUSTO, 2012, p.149). No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), “fundado por Júlio de Castilhos em 1882, adotou a filosofia comteana expressa na obra Política Positivista¹³, para dar um sustentáculo doutrinário que garantisse a disciplina e coesão do Partido” (ISMÉRIO, 1995, p. 16), em que as principais figuras políticas do novo partido foram as mais atuantes da República Velha. O PRR se sobressaiu por sua organização e disciplina, o que o sustentou no poder durante a República Velha. Fausto aponta que (2012, p.144):

Uma das regiões politicamente mais instáveis do país nos primeiros anos da República era o Rio Grande do Sul. Entre a proclamação da República e a eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do Estado, em novembro de 1893, dezessete governos se sucederam no comando do Estado. Opunham-se, de um lado, os republicanos históricos adeptos do positivismo, organizados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e, de outro, os liberais.

¹¹ Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

¹² Partido Republicano Mineiro (PRM).

¹³ As ideias positivistas tiveram grande influência no Brasil, atuando de modo decisivo no ideário da proclamação da República em 1889. Personalidades de várias ordens, entre as quais Benjamin Constant, baseou-se através dos princípios positivistas. O lema da bandeira nacional, uma vez instalada a República, inspirou-se no positivismo, e não poucos foram os republicanos que adotaram essa filosofia. Figuras como Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Julio de Castilhos e outros a ela aderiram. No Rio de Janeiro, um órgão de catequese e pregação foi fundado, o Apostolado Positivista, participando ativamente das questões políticas. O positivismo passou a informar e a exprimir-se não somente no conjunto cultural como também na filosofia, na história, mais especialmente no modo de ser político da elite brasileira.

O positivismo, adotado pelo novo grupo dirigente gaúcho¹⁴, como ideologia política, configurou feições específicas à República Velha Rio-Grandense. A visão positivista pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social/moral. O positivismo nas camadas médias urbanas oferecia um padrão de moralidade política e rigidez dos governos.

A base social do PRR foi constituída por latifundiários pecuaristas, os quais foram fornecedores do mercado interno, pois sua economia subsidiária e seus produtos apresentavam-se com grande destaque nas exportações. Quando Júlio de Castilhos iniciou a reformulação do Estado, seu ato mais agressivo foi o fechamento das fronteiras, que atingiu latifundiários os quais possuíam terras em ambos os lados da fronteira. De acordo com Kuhn (2007, p. 106):

A tomada de poder pelos republicanos, contudo, não fez sem contestação. O novo governo teve de enfrentar a revolta da oposição, materializada na Revolução Federalista, de 1893 a 1895. No lado oposicionista estavam os ex-liberais, mas também havia os ex-conservadores e até mesmo alguns republicanos dissidentes. Eles estavam unidos, no Partido Federalista, em torno da figura de Gaspar Silveira Martins. Do lado do governo estavam os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos e reunidos no PRR. Eles tinham apoio do Exército brasileiro, graças à sustentação dada pelo presidente Floriano Peixoto.

Os federalistas eram contrários ao autoritarismo do governo de Júlio de Castilhos, uma vez que as bases dos federalistas se encontravam, sobretudo, entre os estancieiros da Campanha, principalmente na fronteira com Uruguai. Eles compunham a elite política tradicional. Essencialmente, a Revolução¹⁵ Federalista pode ser vista como uma revolta dos representantes do poder local, ou seja, dos coronéis versus a atuação política de Júlio de Castilhos. É importante ressaltar que a ascensão dos republicanos ao poder significou a segregação política do Antigo Regime, afora as sanções econômicas como, por exemplo, a amortização das taxas alfandegárias privilegiadas e o combate ao contrabando. A Revolução Federalista foi o conflito mais sangrento da história do Rio Grande do Sul e dada a sua violência ficou conhecida como Revolta da Degola. Com o desenlace dessa revolução, em que o vitorioso foi o “Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e ao castilhismo,

¹⁴ O termo gaúcho será usado quando nos referirmos ao Rio Grande do Sul.

¹⁵ Revolução é um dos poucos grupos das Ciências Sociais cuja definição não é contestável. A dificuldade está na colocação política do termo, já que revolução é às vezes empregada como definição de golpe ou reforma, ou como ação de rupturas das estruturas sociais. (SILVA; SILVA, 2010, p. 362)

como se convencionou chamar a corrente política ideológica adunada em torno do líder Júlio de Castilhos, contribuiu para reforçar o regionalismo gaúcho, às vezes até isolacionista” (RECKZIEGEL, 2007, p. 10). E isso concretizou no Estado um modelo institucional distinto, endurecido por uma constituição¹⁶ autoritária e centralizadora, garantindo uma sólida força pública.

Nesse momento, o Rio Grande do Sul, considerado o “celeiro do Brasil”, viu sua economia crescer consideravelmente; “a malha ferroviária expandiu-se, abriu-se a barra do Rio Grande; construiu-se um porto marítimo, em Rio Grande; o comércio e o sistema financeiro expandiram-se, a industrialização corporificou-se; agricultura diversificou-se” (RECKZIEGEL, 2007, p. 9). É visível, no aspecto econômico, a diversificação resultante do desenvolvimento da indústria e serviços. Conforme o Censo Industrial Brasileiro de 1907, “o Rio Grande do Sul aparecia como terceira força do país, atrás do Rio e São Paulo” (WASSERMAN, 2004, p. 279). As indústrias do Estado produziam banha, charutos, vinho, cerveja, tecidos, couro, vidros, chapéus, conservas e outros bens de consumo, sendo que os principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul vinham do setor primário, principalmente da pecuária.

Neste período determinante de acumulação capitalista no país, o Rio Grande do Sul revelava uma capacidade de acúmulo mais baixo. Apesar disso, no decorrer da República Velha, o Rio Grande do Sul constituiu-se como um Estado diferente dos demais com relação a sua economia, pois essa se encontrava focada no mercado interno, com uma economia subsidiada de base fundamentalmente agropecuária. Pesavento esclarece que:

Dentro da economia gaúcha, o estancieiro era o fornecedor de matéria prima por charqueada, e como tal achava-se na dependência dos preços oferecidos pelos charqueadores. Estes, por sua vez, como aliás toda economia gaúcha, achavam-se na dependência da economia central de exportação e das necessidades geradas pelo mercado interno. Os lucros ficavam, efetivamente, com as casas consignatárias da venda do charque nos mercados do centro, as quais, por sua vez, redistribuíam as mercadorias para o norte e nordeste. (PESAVENTO, 2002, p. 69).

¹⁶ Elaborada por Júlio de Castilhos de cunho positivista, a Constituição (promulgada em 14 de julho de 1891, uma data aparentemente contraditória em relação ao pensamento positivista, porque era o aniversário da Queda da Bastilha, na França) restringia os poderes do Legislativo, limitados à aprovação do orçamento estadual. O poder executivo assumia o direito de legislar através de decretos. O “chefe” do Executivo poderia ser reconduzido sempre, desde que atingisse três quartas partes dos votos (com o voto aberto, controlador do eleitorado e fraudulento).

Dessa forma, o charqueador buscava compensar a perda de lucro com a exploração do criador de gado. Outro ponto importante a considerar foi que o Rio Grande do Sul apoiou o projeto de renovação sugerido pelos criadores, o qual permitia a adoção das mais modernas técnicas de conservação da carne e com isso tiveram o aumento da produção e um melhor aproveitamento do gado.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, a pecuária gaúcha saiu favorecida, pois elevaram os preços de seus produtos. Isso representou um enorme impulso para o desenvolvimento da pecuária gaúcha.

Até 1920, o Estado ampliou cada vez mais sua produção no setor, sendo um aumento visto tanto na produção quanto na exportação. “De um modo geral, contudo, o período da Primeira Guerra Mundial veio criar no Estado uma conjuntura ótima de mercado e uma perspectiva de euforia, atenuando tensões, marcando crises e fomentando ilusões ao ‘celeiro do país’”, (PESAVENTO, 2002, p. 77, grifo da autora). Contudo, o período de guerra foi o que se pôde chamar o período de ouro do governo de Borges de Medeiros, quando menos oposição sofreu. Entretanto, na esfera social, a situação foi outra, visto que houve no Estado movimentos de greve, paralisando a capital, e junto dos operários “a presença de tendências socialistas e anarquistas, registrava-se a atuação do grupo dominante da época, o anarco-sindicalista¹⁷”. (PESAVENTO, 2002, p. 81).

Assim, o período de 1917 a 1919 constituiu-se por várias greves gerais em todo o Estado. Embora o governo de Borges de Medeiros fosse baseado nos princípios positivistas, o poder executivo deveria manter certa distância das questões privadas. Nesse evento, o governo agiu como um conciliador entre as partes na greve geral, decretada por grupos anarcossindicalistas, intercedendo “[...] no sentido de que os patrões aumentassem os salários, evitando maiores conflitos” (WASSERMAN, 2004, p.281). Já nas greves de 1917-1919, o governo agiu de forma repressiva e violenta, com desculpa da conservação da ordem pública, como aponta Wasserman:

Outro episódio que exigiu a intervenção do governo foi o surto de gripe espanhola de 1918. Com a progressão da epidemia, as autoridades implantaram uma série de medidas de saúde pública, de caráter obrigatório, como cuidados sanitários de residências, obrigatoriedade de isolamento dos enfermos. (WASSERMAN, 2004, p.282).

¹⁷ Os anarco-sindicalistas lideravam o operariado gaúcho e controlavam a Federação Operária do Rio Grande do Sul, fundada em 1906.

Por consequência desses atos, muitos republicanos romperam com o governo por julgarem uma traição aos princípios que norteavam o partido. Durante todos esses anos, “nas relações com o centro do país, o Rio Grande do Sul continuava na sua posição periférica, rico-dependente, atuando fundamentalmente como fornecedor de gêneros de subsistência” (PESAVENTO, 2002, p. 82). O Estado não detinha acesso aos meios decisórios do poder nacional, não influenciando sobre a política econômica e financeira adotada no Brasil, visto que essa favorecia, principalmente, os cafeicultores.

No entanto, o Estado conseguia enfrentar o domínio do centro cafeeiro através de uma política de trocas. Mas o Estado gaúcho considerava-se um grande eleitor, com uma significativa bancada no Congresso, por isso, conseqüentemente, detinha um grande poder de decisão parlamentar, servindo de aporte para as trocas a seu favor.

Até 1915, a atuação do Senador Pinheiro Machado detinha a força e o controle de reconhecer ou não a eleição dos membros do Congresso. Ele chegou a controlar as representações dos Estados do nordeste, influenciando-os a votarem em favor dos interesses do Rio Grande do Sul. De acordo com Kuhn, (2007, p. 108, grifo do autor):

A partir da segunda década do século XX, o Rio Grande do Sul passou a ter uma certa evidência na política nacional, graças principalmente à atuação do senador gaúcho Pinheiro Machado, que, nas palavras de Love, era “o homem mais poderoso do Senado nos anos de 1905-1915”. Sua principal fonte de poder residia no controle sobre as comissões apuradoras do Congresso (cuja função era diplomar os deputados e senadores eleitos), que lhe deram a possibilidade de transformar em satélites os grupos do Nordeste.

A extensão de Pinheiro Machado¹⁸ durante o governo de Hermes da Fonseca¹⁹ foi bem expressiva. E nesse prestígio, o PRR obteve algumas vantagens políticas bem significativas, entre elas alguns cargos ministeriais. Assim, o Estado atuava como um recurso alternativo no vaivém das disputas políticas do país,

¹⁸ O político Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 8 de maio de 1851. Em 1880, fundou o Clube Republicano de São Luís Gonzaga e, nos anos seguintes, participou de diversas conferências republicanas. Entrou para a política ao lado de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, de quem se tornou grande amigo e o mais leal dos correligionários. (FGV-Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br>).

¹⁹ Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em São Gabriel (RS), em 1855. Era membro de uma família de grande tradição no Exército brasileiro. Em 1909, se candidatou à presidência da República, tendo como adversário o civilista Rui Barbosa. Hermes se elegeu no pleito realizado em março de 1910. (FGV-Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br>)

influenciando, assim, as candidaturas de Campos Sales²⁰ e Rodrigues Alves²¹, que nesse momento apoiava São Paulo. Com o desentendimento entre São Paulo e Minas, o Rio Grande do Sul entrava em cena, posicionando-se nas eleições disputadas para a presidência nacional. No momento em que aconteceu a “primeira divergência das oligarquias, a “campanha civilista” de 1910, o Rio Grande do Sul surgiu ligado a Minas Gerais e ao Exército, apoiando a candidatura de Hermes da Fonseca e posicionando-se contra o paulista Rui Barbosa” (PESAVENTO, 2002, p. 82).

Entretanto, opor-se completamente à política de São Paulo implicava no rompimento com o poder federal. Esse atrelamento político em relação ao centro resultava em concessões por parte do Rio Grande do Sul contrárias aos seus interesses, para obter, através dessa solidariedade, uma legislação que protegesse seus principais produtos. É notório que o PRR ambicionava executar uma modernização econômica no modelo de desenvolvimento capitalista a partir da diversificação da produção do Estado, fortalecendo, assim, o mercado interno e ampliando a rede de transportes. Por se diferenciar na política, o Estado gaúcho, mesmo não estando entre os Estados mais importantes como São Paulo e Minas Gerais, se sobressaía com relação aos Estados do Nordeste.

A crise econômica de 1921-1922 instigou a existência de uma divergência no interior das classes dominantes gaúchas, principalmente no que se refere às funções desse e suas relações com os grupos econômicos. Em janeiro de 1923, data da posse de Borges de Medeiros, eclodiu o conflito no Rio Grande do Sul apresentada por Kuhn (2007, p. 114) na citação que segue:

A Revolução de 1923 teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela opositora da elite gaúcha foi as armas para tirar Borges do poder.

²⁰ Campos Sales (1841-1913), ex-presidente do Brasil, foi o quarto presidente do Brasil República. Foi representante da oligarquia cafeeira do estado de São Paulo. Exerceu o cargo entre os anos de 1898 e 1902. Ficou conhecido o arranjo político, “a política dos governadores”. (FGV- Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br>).

²¹ Rodrigues Alves (1848-1919), ex-presidente do Brasil, elegeu-se deputado para a Assembleia Nacional Constituinte de 1890 e à primeira legislatura ordinária (1891). Foi ministro da Fazenda nos períodos de 1891/92 e 1895/96 e três vezes senador pelo Partido Republicano Paulista entre 1893/94, de 1897 a 1900, e de 1916 a 1918. Assumiu a presidência do estado de São Paulo de 1900 a 1902 e de 1912 a 1916. Eleito presidente da República, governa de 1902 a 1906. Volta a ser eleito em 1918, mas não chega a tomar posse por motivo de saúde. (FGV- Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br>).

Com a certeza da fraude nos resultados da eleição, os adversários de Borges de Medeiros partiram para a luta armada. Na Revolução de 1923, os primeiros conflitos armados ficaram, inicialmente, restritos ao noroeste do Estado, na região de Passo Fundo e Palmeira, mas se alastraram em seguida para as outras regiões. Era empregada uma estratégia de guerrilha, com o intuito de manter o Estado amotinado, com o objetivo de forçar uma intervenção do governo federal. Na liderança do movimento estava Assis Brasil, os rebeldes intitulados como libertadores e os partidários de Borges de Medeiros como legalistas, os quais estavam em vantagem, o que os levou à vitória. Borges de Medeiros se opôs em fazer determinados consentimentos aos libertadores e, em dezembro do mesmo ano, a situação tornou-se insustentável para o governo estadual e foi assinado, em Pedras Altas, o tratado que determinava as obrigações de ambos os lados. O Pacto de Pedras Altas instituiu ainda que deveria haver mudanças na Constituição de 1891, evitando que o presidente do Estado nomeasse seu vice. O pacto não agradou a todos, mas significou uma rearticulação das classes dominantes. Conforme Vizentini:

Após assinatura do Pacto de Pedras Altas, as oposições gaúchas trataram de consolidar seus supostos ganhos políticos. Assis Brasil dá “Proclamação aos Belligerantes da Liberdade”, manda instaurações aos delegados enviados ao Congresso de São Gabriel, do qual resultará a fundação da Aliança Libertadora. Na proclamação, Assis Brasil considera que nos ganhos políticos da oposição com o Pacto de Pedras Altas “a revolução de 1923 tinha dado o máximo de frutos imediatos que as circunstâncias permitiam”. (VIZENTINI, 1998, p. 36, grifo do autor).

O documento assegurava que o próximo ato deveria ser lutar para coligar as oposições em um sólido partido de oposição. E, em 1924, se constitui a Aliança Libertadora sob a direção de Assis Brasil, resultando, assim, na elaboração/construção do primeiro partido de oposição. O novo partido objetivava a liberdade política e a participação nas eleições estaduais e municipais.

No entanto, isso não significou a paz na política do Rio Grande do Sul, pois o PRR passou a perseguir a oposição, resultando no exílio de Assis Brasil no Uruguai. Outro aspecto é que a luta da Aliança Libertadora não se explicita somente ao Estado gaúcho. “Assis Brasil se refere à problemática política nacional, a necessidade da revolução para ‘regenerar a República Brasileira’ e à formação de uma opinião nacional” (VIZENTINI, 1998, p. 37). Assim sendo, deu-se um acordo

dos insatisfeitos com o sistema e conjuntura nacional. Nesse sentido, a atuação da Aliança Libertadora, em um primeiro plano, estava voltada para o âmbito nacional e, em segundo, para o regional.

Nos anos vinte, as agitações da oposição no Rio Grande do Sul perceberam que qualquer ensaio de materializar seus interesses, a partir de recursos basicamente estaduais, estava predestinado ao fracasso. Para Vizentini:

Entretanto essa atuação a nível nacional a médio e longo prazo iria implicar uma atuação contra o próprio regionalismo que as próprias oposições defendiam, amparadas ideologicamente em fórmulas político-institucional como o federalismo, por exemplo. [...] Outro de grande importância a ser levado em consideração é a ligação das oposições civis aos tenentes. (VIZENTINI, 1998, p. 39).

Já no final dos anos vinte (1928), Vargas²² assumiu o governo do Estado, tendo como seu vice João Neves da Fontoura²³. Estando no poder, Getúlio Vargas passou a desempenhar um governo administrativo, unindo a oposição pela base social, defendendo a união estadual e aproximando-se do presidente Washington Luís²⁴. Assim sendo, enquanto o novo governador ocupou-se unicamente do governo, o ex-presidente do Estado controlou o PRR, mas diferentemente de 1907. Vargas representou a mudança na política rio-grandense voltando-se para o atendimento dos interesses dos produtores. Instituiu o Banrisul e obteve a diminuição das tarifas ferroviárias. Em 1919, foi criada a Frente Única Gaúcha (FUG), ligando republicanos e a oposição para amparar sua candidatura ao governo federal. De acordo com Kuhn:

A FUG foi o embrião da Aliança Liberal, que reuniu as elites políticas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, contrárias ao projeto oligárquico que estava no poder no Brasil. Esse projeto estava assentado na agro-exportação cafeeira e privilegiava politicamente São Paulo. Quando os gaúchos amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, começou o movimento golpista que tiraria do poder o Presidente Washington Luís. Era a “Revolução de Trinta”, que iria mudar o Brasil e o Rio Grande do Sul dali pra frente. (KUHN, 2007, p. 115, grifo do autor).

²² Foi presidente do Brasil e permaneceu no poder por 15 anos, interrompidos (1930-1945).

²³ Em novembro de 1927, foi eleito o vice-presidente do Rio Grande do Sul na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Em 1928, elegeu-se para a Câmara Federal, pelo PRR. Em 1927, foi eleito vice-presidente do Rio Grande do Sul na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Em 1928, elegeu-se para a Câmara Federal, sempre na legenda do PRR.

²⁴ Presidente da República de 1926-1930, pelo Partido Republicano Paulista – PRP.

A Revolução de 1930 estabeleceu no país os conhecimentos políticos, sociais e econômicos já desenvolvidos “no Rio Grande do Sul, tais como legislação trabalhista, intervencionismo e uma postura autoritária, ao nível político de inspirações positivistas” (VIZENTINI, 1998, p. 69). Quando Vargas assumiu a presidência da República em 1930, ele se revelou um antipositivista, abalando o federalismo nacional. E ao romper com os ideais positivistas no Rio Grande do Sul, evidenciou que nem todos tinham os mesmos ideais e interesses na política.

Outra questão que deve ser considerada é que “particularmente a classe dominante gaúcha era considerada um ‘fiel da balança’ nas crises republicanas e também um componente político a ser seriamente considerado nos acordos e alianças” (WASSERMAN, 2004, p. 275). Para as novas classes sociais médias urbanas que surgiam, o antigo regime não representava seus interesses e também se mostram alheios na solução dos entraves aos antigos problemas do Estado. Tais setores clamavam pelo surgimento de uma nova proposta partidária. Portanto, surgia a manifestação de um novo partido dentro de um contexto no qual o Partido Liberal dominava a política. Era imprescindível que o Partido Republicano Rio-Grandense se dispusesse a oferecer novos caminhos para velhos impasses. Nesse sentido, o PRR conseguiu unir-se de forma vantajosa com o exército, o que significou mais poder para se impor, alicerçados pelo positivismo. “O positivismo adotado como ideologia pelo grupo dirigente gaúcho veio conferir uma feição ‘sui-generis’ à República Velha rio-grandense, oferecendo, além disso, uma série de propostas aos problemas gaúchos” (PESAVENTO, 2002, p. 66, grifo da autora).

Nesse contexto, além das mudanças econômicas, observam-se, no campo da política, alguns aspectos do positivismo²⁵, borgismo e castilhismo, isso tudo dentro de um contexto da ascensão da burguesia. “Apoiando-se nas ideias de Comte²⁶, o ‘autoritarismo ilustrado’ que governa o Rio Grande do Sul representou uma aliança entre setores agrários e não agrários da burguesia local que se estruturava” (PESAVENTO, 1998, p.17, grifo da autora). Pela doutrina positivista, compreendiam que o progresso seria dado pelo desenvolvimento industrial, pelo primado da

²⁵ Positivismo: conjunto de ideias e princípios filosóficos, políticos e religioso elaborado pelo Frances Augusto Comte. Para o positivismo, a sociedade que está em desordem deve ser reorganizada a partir das ideias, seguidas da moral e, por fim, da política. Assim, o espírito positivo daria unidade de método a todos os campos do conhecimento, tendo como lema “Ordem por base, amor por princípio, o progresso por fim”.

²⁶ Frances Augusto Comte (1798-1857): elaborou conjunto de ideias e princípios filosóficos, políticos e religioso.

ciência, pela educação e pela moral²⁷. A ciência e a indústria assegurariam o progresso, enquanto a moral e a educação manteriam a ordem, ou seja, a união entre ordem e progresso, de forma que, embasado no modelo burguês europeu, os princípios positivistas foram adaptadas para uma realidade regional distinta.

O positivismo no Rio Grande do Sul teve sua especificidade atrelada diretamente às condições econômicas e políticas que lhe deram viabilidade prática. Com isso, iniciou-se, então, o processo de consolidação da república, em que o positivismo defendia os interesses da burguesia. Nessa ação de desenvolvimento do capitalismo, surgiram novas formas de pensar, que serão notados nas construções, monumentos, educação e progresso econômico, buscando sempre a ordem para o seu progresso.

Contudo, havia uma série de entraves, pois a base de sustentação do corpo político que estava no poder naquele momento estabelecia, por meio de um projeto regional, o desenvolvimento, mas que atendesse aos interesses sociais envolvidos, fundamentado nas ideias positivistas. A ideologia importada propiciava os subsídios básicos os quais guiariam a atuação do grupo no poder. Assim sendo, a necessidade de uma modernização da economia periférica, a necessidade de incorporação de setores sociais emergentes e a busca de setores emergentes estavam pautadas na importação e na adaptação de um aparato político-ideológico de caráter autoritário progressista e conservador.

A influência positivista no Rio Grande do Sul não se restringiu só ao campo político. O que se viu foi uma intensa modernização urbana na capital do Estado e nas principais cidades, assim como em estátuas em praças e parques. Ocorreu também a modernização dos transportes e das comunicações, um estímulo nos esportes, uma atitude eficiente de disciplinar e unir o Estado, período em que surgem os dois principais times de futebol do Rio Grande do Sul, o Grêmio e o Internacional. “Também foi realizado o primeiro campeonato estadual de futebol de todo o país, em 1919, sendo que o vencedor foi o Grêmio Esportivo Brasil de Pelotas” (WASSERMAN, 2004, p. 279).

Nesse período, a indústria gaúcha prosperou, principalmente devido a sua posição periférica, de modo que “a modernidade urbana teve implicações sobre a renovação técnica, estética, higiênica e moral das cidades, assinaladas pela transformação capitalista do mundo e pela emergência de uma ordem e de um poder

²⁷ Esse assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

disciplinador e racionalizador burguês” (PESAVENTO, 2007, p. 165), ou seja, passou-se a querer imitar os modelos de cidades da Europa, como, por exemplo, a cidade de Paris, com suas praças, jardins e monumentos. Para a autora, “A República havia trazido a Porto Alegre, com suas ideias positivistas, a meta da modernidade urbana e da organização disciplinada do espaço, de acordo com os ideais do progresso econômico e da ordem burguesa. Sonhos de mudanças a serem aplicados numa cidade ainda acanhada, mas que almejava mudar” (PESAVENTO, 2007, p. 172).

Porto Alegre viveu nesse período as fascinações e o “*glamour*” da “*Belle Époque*, com mais de 70 mil habitantes e tornou-se uma cidade moderna, repleta de novidades” (WASSERMAN, 2004, p. 279). A cidade passou a sofrer mudanças, houve uma completa exclusão social, econômica e política, privilegiando uma elite aburguesada. As residências adquiriram modelos de quintais e jardins franceses, e as ruas foram alargadas. A elite gaúcha passou a espelhar-se nos costumes europeus, mais especificamente com o modo de ser dos franceses.

Naquele momento, o progresso precisava ser notado, assim como a elite e, para que ocorresse isso, era necessário que houvesse uma dissociação daqueles modos de ser/agir. A casa é um artifício de posição social, discriminatório das condições e estilos de vida, pois ela distinguia a classe média dos menos abastados. As mudanças no Rio Grande do Sul positivista foram adequadas às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente. Desse modo, a renovação implicou no delineamento das políticas públicas que corroboraram para as convicções da nova elite. Nesse sentido, o primeiro passo era uma nova remodelação dos espaços urbanos, refletidas na modernização e higienização, ou seja, “hábitos civilizados”. “O governo incentivava a construção de uma bela e moderna cidade. Nessa linha, a municipalidade procurou estimular novas construções no centro da cidade para promover a ocupação do solo urbano” (PESAVENTO, 2007, p. 180). Isso significa que se queria, naquele momento, a modernização de acordo com os novos tempos. De acordo com Pesavento:

O centro foi a região da cidade que primeiro recebeu os benefícios dos serviços urbanos, como a luz elétrica que animava as casas comerciais, as residências particulares e os prédios públicos. Mas, para além da bela cidade das ruas principais, mesmo a vizinhança com estas, havia os tais becos. Abandonados pelos moradores de melhor posição social tornaram-se um reduto de gente pobre. No final do século, adquiriram a reputação de serem maus territórios, lugares malditos da cidade, abrigando personagens indesejáveis. (PESAVENTO, 2007, p.180).

Desse modo, a ampliação e a construção da bela cidade requeriam uma maior atenção quanto à habitação e aos “becos²⁸”, ou seja, a estética e a higiene eram as razões para a destruição dos becos que eram um problema a ser solucionado pelas autoridades públicas, uma vez que as pessoas que habitavam esses lugares eram vistas/consideradas como indivíduos imorais, desordeiros e criminosos. “Os becos da cidade, juntamente com bairros considerados suspeitos como o Areal da Baronesa, eram um dos meios viciados e espúrios” (VARGAS, 2004, p.257).

Começaram a surgir, então, os cortiços. Além desses, na “colônia africana, no Areal da Baronesa, na Ilhota e na região baixa da costa do Riacho, na Rua da Margem, os casebres se amontoavam desguarnecidos, superlotados, essas eram as malocas” (PESAVENTO, 2007, p. 184). A falta de higiene e a aglomeração de pessoas nesses espaços era uma imagem que deveria ser afastada do centro urbano, já que esses aspectos se mostravam contrários às pretensões de uma cidade com contornos modernos. Esses lugares passaram a ser notados como lugares obscuros frequentados/habitados pela população pobre, por prostitutas, por vagabundos e com isso “as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados” (CHARTIER, 2002 p. 17).

Assim sendo, legitima-se uma concepção reformadora ou se justifica, para as próprias pessoas, as suas escolhas e condutas. As pessoas desses cortiços/becos eram vistas como a “degenerescência da raça, afrouxamento da moral, esfacelamento da família, difusão dos vícios da bebida e do jogo, incentivo à prostituição e às arruaças, proliferação das contravenções e crimes, desde o roubo até assassinato” (PESAVENTO, 2007, p. 184). Portanto, era necessário intervir no social dessas famílias, regrado as condutas e impondo valores. Para alguns, a melhor solução era tirar os pobres do centro e alojá-los nos subúrbios. Nessa perspectiva, a cidadania é notada, na exclusão social, nas transgressões e nos atos ilícitos praticados nas ruas, tabernas e bordéis.

Outra questão a se destacar com relação ao processo de modernização dos centros urbanos no Rio Grande do Sul que já havia iniciado na primeira metade do

²⁸ Becos: ruas estreitas e curtas, sem saída.

século XIX e no final do mesmo século é que era evidente a ideia de cidade quanto modo de vida, porque a capital deparava-se com um acelerado processo de mudança, caracterizado pela modernidade. “No início as obras públicas tenderam a seguir o estilo francês, enquanto que a arquitetura civil respondeu mais ao gosto da burguesia endinheirada, de ascendência germânica” (PESAVENTO, 2007, p. 193). Com isso, Porto Alegre passou a ter seu espaço urbano remodelado com ruas mais largas e com o fim dos becos e cortiços. Em outras partes do Estado também se percebeu esse desenvolvimento a exemplo do Vale dos Sinos que, a partir da chegada da linha férrea, teve uma melhoria no escoamento da produção agrícola, assim como nos serviços de comunicação. O telefone se tornou de suma importância para a administração municipal, industrial e comercial.

É importante destacar também as tentativas dessas cidades em se igualar às cidades europeias. Para isso, somou-se, a novas tecnologias e modernidade, a criação de praças, evidenciando, assim, um desenvolvimento urbano pautado no progresso e na ordem. Contudo, a ocupação do espaço urbano, por outro lado, refletiu a desigualdade presente nas relações sociais, impondo mecanismos de separação, discriminação e confinamento. A centralização da população favoreceu o diálogo entre as pessoas, corroborando para a troca de opiniões e a circulação de ideias, bem como reforçou as formas de organização da população. Nesse sentido, a sociedade urbana se tornou eminentemente uma sociedade de consumo.

A vida urbana, todavia, trouxe consigo uma nova concepção de tempo, antes marcada pelas estações do ano, agora, controlado pelo relógio, característico do capitalismo e alheio à sociedade agrária, “esta noção, uma vez introjetada no habitante da urbe, estabelece um ‘relógio moral’ no interior de cada indivíduo, compelindo-o ao trabalho e à necessidade de utilizar racionalmente o tempo” (PESAVENTO, 1998, p. 33, grifo da autora). Sendo assim, insere-se um relógio moral na essência de cada trabalhador. Outro aspecto importante é que, entre 1889 e 1920, o número de estabelecimentos industriais existentes cresce consideravelmente, assim como a população operária. O processo de urbanização e a formação de uma burguesia citadina se mostravam cada vez mais numerosos e diversificados. Ainda que a industrialização e a urbanização não fossem totalmente incompatíveis, causaram grandes efeitos sobre a sociedade, colaborando para a desagregação da república Oligárquica.

Ao se analisarem as modificações intensas das estruturas que atuavam até então no Rio Grande do Sul, a modernidade representou a oportuna implantação dessas estruturas. Dentro desses aspectos é que se constituiu uma empatia burguesa, com moldes e ideologia particulares. Em uma modernidade controladora, objetivando delimitar os ambientes sociais, caracteriza-se o poder econômico e a distinção de vários segmentos sociais. O moderno se contrapôs à aspereza e ao inculto dos trabalhos do campo, o qual deixou de ter espaço no ambiente urbano, comprovando-se assim que a urbanização adotaria um padrão europeu, e “a ordem seria a burguesia e o progresso, o capitalista. Não por acaso o positivismo emprestou discurso que se adequou às necessidades de validação e imposição do novo padrão” (GASTAL, 2007, p. 493). Esse foi um momento de amplas mudanças e modernização do Rio Grande do Sul.

Em resumo, a sociedade sul-rio-grandense estava, naquele momento, engessada em uma herança cultural baseada em tradições e costumes de uma liderança política com um forte cunho ideológico positivista que foram transmitidos de forma arraigada à sociedade.

4 A REPRESENTAÇÃO DA SUBMISSÃO DA MULHER

Antes de passar a falar propriamente da mulher gaúcha, é preciso sublinhar que a força e a importância social da história devem-se ao fato de que ela se apoia em verdades comprovadas e detém um saber da sociedade sobre si mesma. Ou seja, a investigação conduzida metodicamente construiu um regime de verdade que, apesar de não ser próprio da história, é aceita comumente e utilizada, sem reservas por ela. Por sua vez, a sistematização intervém sempre que o historiador enuncia verdades que incidem sobre um conjunto de realidade, indivíduos, objetos, costumes e representações.

Assim como as batalhas contra a desigualdade e as discriminações representam efetivamente a fração mais concreta da ação feminina, as implicações no comportamento das mulheres são mais profundas e também têm maior visibilidade. Ver-se-á a partir disso o que é relevante para o entendimento sobre *A Mulher e o Rio Grande do Sul Positivista* quando se busca demonstrar como essa mulher era representada na sociedade sul-rio-grandense. Tudo isso dentro de uma cultura em que a moral e os bons costumes estavam embasados na ideologia positivista, não se admitindo que as mulheres moças de boa família mostrassem sua importância nem habilidades, tanto na vida cultural quanto na profissional. Elas eram criadas e educadas para serem rainhas do lar, mães zelosas e esposas amorosas, diferente das mulheres molas de famílias humildes, que, em busca de sua autossuficiência, desafiam caminhos de obstáculos e desafios.

Obviamente, a natureza desta pesquisa/resultados não permite fazer julgamentos válidos para a totalidade da população feminina do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, o olhar volta-se, principalmente, para uma parcela das mulheres da elite rio-grandense, assim como uma pequena parte das mulheres das famílias mais humildes. Em compensação, a pesquisa obriga a reconhecer a importância das condutas positivas da mulher gaúcha, na República Velha, quando as regras eram ditadas e impostas por uma elite conservadora, alicerçada na ideologia positivista.

4.1 A “emancipação” feminina

No início do século XX, os estrangeiros que aqui chegavam não deixavam de sublinhar as mudanças físicas ocorridas nas principais cidades do Brasil. Agora elas

estavam modernas e embelezadas a partir de uma ação dos governos progressistas os quais queriam passar uma imagem moderna do Brasil lá fora. Além disso, passam a fazer parte do cenário das grandes avenidas recém-abertas as mulheres da elite, que passeavam e iam ao cinema, sem a companhia masculina.

Cada vez mais se ouvia dizer que não só as mulheres da elite ingressavam no ensino superior, mas também um número maior de escritoras concluíam e publicavam suas obras. Já com relação às mulheres mais humildes, não são grandes as mudanças visíveis, pois essas viviam sem segurança, em condições precárias de subsistência e expostas aos desafios que a modernidade empunhava. Sob o ponto de vista de Pedro (2005, p. 171):

Os estudos universitários tornaram-se, desde o início dos anos oitenta, um lugar privilegiado daquelas pessoas que, desde os anos sessenta e, especialmente, nos anos setenta, militaram nos diversos movimentos sociais que se constituíram no Brasil, fossem eles de luta contra a ditadura, por uma sociedade socialista ou pelo feminismo. Jovens militantes daqueles anos ocupam, hoje, cargos no governo, em ONGs e nas universidades – principalmente nas públicas. Trata-se de uma geração que transformou suas experiências militantes em alvo de reflexão.

Várias pessoas que se engajaram na experiência de participar de algum grupo de esquerda ou feminismo, atualmente, são fundadoras ou participam de centros de estudos da mulher, feministas e gênero. Acreditam que sua luta não acabou; ao invés disso, determinam-se como ativistas de outro ambiente, ou seja, o meio acadêmico.

O caminho da adição dos estudos sobre a mulher/feminismo/gênero pela academia pode ser interpretado como um ambiente em que, de fato, se concretiza o “conhecimento contestador das verdades que se pretendem questionar e, neste sentido, pode ser acompanhado a partir de duas perspectivas: a) uma vitória considerável; b) um espaço de tensão constante e de ameaça” (PEDRO, 2005, p. 171). Dentro desse prisma, pode-se dizer que a submissão familiar em que convivia a mulher, desde seu nascimento, repeliu seus ideais, anseios e pretensões. A mulher realizava apenas os trabalhos do lar como lavar, cozinhar, gerar, cuidar e educar os filhos. Portanto, ela se via subordinada ao lar, ao marido e a sua própria existência.

O que se verifica é que as mulheres eram submissas, em um primeiro momento, à família e, depois, ao marido. O trabalho fora de casa era exclusivamente

para os homens, que eram os chefes da família. O trabalho para a mulher se resumia ao espaço doméstico, conforme aponta Perrot (2007, p. 115):

O trabalho doméstico resiste à evolução igualitária. Praticamente nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, os esfregões continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e em seus agentes.

E aquelas que saíam em busca de sua emancipação pessoal e profissional eram mal interpretadas, discriminadas e repudiadas por parte da sociedade, na qual estavam inseridas. A cultura e a moral que imperavam naquele período não permitiam que as mulheres mostrassem sua importância nem habilidades, tanto na vida cultural quanto na profissional. Porém, esse fato despertará em algumas o desejo de ir além, buscar seus direitos de não serem apenas um bibelô da sala de estar, podendo deixar de ser apenas um sujeito passivo da história para se tornarem parte integrante/ativa dessa sociedade.

Nas últimas décadas do século XIX, as cidades brasileiras desenvolveram-se em dimensões e complexidade social e econômica. O comércio cresceu consideravelmente, com uma industrialização ainda modesta, a comunicação e o transporte ficaram mais eficientes, e “os índices de alfabetização, nos principais centros urbanos, sempre mais significativos facilitaram o aparecimento de novas ideias e ideologias” (HAHNER, 2003, p. 67).

Com o desenvolvimento da vida urbana, algumas mulheres que agregavam uma minoria alfabetizada puderam escolher novos caminhos. E dessa geração nasceriam as que viriam a defender/reivindicar a emancipação das mulheres no Brasil, cujas saídas eram, então, conduzidas a um público cada vez mais expressivo e variado e que estaria, talvez, mais preparado a consentir o empenho dessas precursoras.

No começo século XX, os trabalhadores especializados, quase que em sua maioria, optavam por percorrer um caminho mais longo até suas casas nos subúrbios do que viver nos caros e insalubres cortiços centrais. O Rio de Janeiro era a então capital do Brasil e, conseqüentemente, a maior cidade do Estado brasileiro. O Rio de Janeiro se destacava economicamente e culturalmente, assim como na ala

intelectual do país. “Mais do que qualquer outra cidade brasileira, o Rio foi centro das primeiras manifestações de protesto contra a subordinação feminina, lideradas pelas mulheres de classe média e alta” (HAHNER, 2003, p. 73).

Outro ponto a se destacar que mostra esse consenso social sobre o papel da mulher é o sistema escolar brasileiro, porque somente o que era considerado necessário para viver em sociedade era ensinado às mulheres. As escassas escolas que havia no Brasil ressaltavam atividades complementares ao papel de esposa e mãe. A desigualdade entre educação designada para os homens e a proposta para as mulheres reforçava a ideia da desigualdade de gêneros.

Apesar de certa oposição masculina ao acesso das mulheres na sala de aula, em fins do século XIX, o magistério era comumente benquisto como uma extensão, numa definição ampla, da mulher mãe. Ademais, os salários das professoras eram inferiores aos dos professores. E mesmo com essa desigualdade de salários, o ensino passou a ser um trabalho honesto para as mulheres com instrução e alguns status conseqüentemente. Então não eram poucas as que almejavam se dedicar ao magistério.

Apesar dos modestos ganhos e das difíceis condições de trabalho, o ensino proporcionou às mulheres maior independência econômica. E o mais importante talvez seja que o ensino ministrado pelas mulheres serviu de agente de mudança social. Algumas educadoras encontravam-se entre as primeiras oponentes à subordinação das mulheres no Brasil. As mulheres desejavam mais que um tratamento digno por parte da família; elas almejavam o direito à educação, inclusive educação superior, que se torna possível com a lei da reforma educacional de 1879²⁹.

Todavia, havia aqueles que eram contrários ao ingresso das mulheres no ensino superior. Obrigadas a sustentar-se ou contribuir com a renda familiar, poderiam ser educadas para “fazer flores artificiais, decorar chapéus, colorir folhas de moda e mapas, ou até mesmo revisar provas tipográficas” (HAHNER, 2003, p. 135), entretanto, as meninas não poderiam se opor às normas da sociedade, nem pensar em ter um grau universitário. Esse entrave se tornou um dos assuntos de debate em alguns círculos. Dissertavam que a educação das mulheres deveria ser

²⁹ Na reforma educacional de 1879, o parlamento imperial aprovou uma lei que tinha como princípio melhorar a educação. Assim, o parlamento reorganizou os regulamentos do ensino primário e secundário e os estatutos dos cursos superiores.

direcionada mais para o coração e para o sentimento do que para as ciências. Contudo, o assunto da emancipação da mulher não estava esquecido.

Assim, surgiram com mais frequência, na imprensa, no início do século XX, textos de mulheres a respeito de mulheres, bem como sobre o tema mulher, em meio aos membros da elite brasileira, tornando-se o assunto um tema para debates sérios. Apesar disso, os debates mais intensos e exaltados a respeito da subordinação e emancipação feminina tendiam a ser ocultos por demonstrações mais contidas.

O fato é que, já no final do século XIX e início do século XX, existiam manifestações feministas que questionavam normas e leis, reivindicando maior participação na sociedade. Isso fica evidente na citação de Silva e Silva (2010, p. 146):

O fim da subordinação aos homens, da invisibilidade e da impotência, a defesa do direito de igualdade e de controle sobre seu corpo e sua vida. O principal objetivo das feministas era superar o autoritarismo e a desigualdade entre homens e mulheres nas relações pessoais com a organização política pública. Ou seja, a opressão de poder que se dava no âmbito privado não podia ser isolada de uma ação política pública mais abrangente: a luta por direitos de cidadania para todos, por exemplo. Assim, foram sendo organizados grupos de reflexão nos quais as mulheres compartilhavam suas agruras, e o que antes parecia um problema individual tornava-se coletivo.

Assuntos como submissão, direito dos homens, educação, sexualidade, voto e divórcio eram os mais debatidos/reivindicados. Cada vez mais mulheres estavam recebendo instrução, e as instituições de ensino superior no Brasil passaram a receber mulheres, fato tão exigido pelas primeiras defensoras da emancipação feminina. Era também crescente o número de mulheres que assumiam empregos além de casa. Até a década de 1920, muitas delas já estavam concorrendo a vagas de alto nível em repartições públicas, embora a maioria das profissões ainda fosse exercida somente por homens. Essas mulheres instruídas defendiam o voto feminino e a igualdade política. Sobre isso, Duarte (2003 p. 160) avalia que:

A década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulheres. Além de um feminismo burguês e bem-comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, viu ainda emergir nomes vinculados a um movimento anarco-feminista, que propunham a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher.

Mas foi apenas em 1932 que Getúlio Vargas incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher e, assim como os homens, só as alfabetizadas teriam o direito ao voto. Contudo, com a suspensão das eleições, as mulheres começaram a efetivamente votar nas eleições de 1945.

Alguns setores da elite brasileira mostraram aceitação, tomando como exemplo a conquista do voto feminino da Europa e dos Estados Unidos, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A incontrolável e crescente inflação dos anos da Primeira Guerra Mundial provocou, na classe média, a certeza da insegurança de suas posições, fazendo com que admittissem o reforço dos ganhos das jovens solteiras. As mulheres solteiras e as viúvas, ao contrário das casadas, podiam ver-se elogiadas por sua atividade no trabalho, na escola, por esquivar-se da futilidade ou da desocupação; já as casadas, para trabalhar fora do lar, precisavam de justificas de ordem financeira.

Dentre essas mulheres que buscaram uma autonomia e lutaram pelo seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho, Bertha Lutz³⁰ obteve êxito em suas “específicas e prioritárias reivindicações, com a ajuda da Liga de Emancipação Intelectual da Mulher, que ela própria organizou e fundou no Rio de Janeiro em 1920, junto com Maria Lacerda de Moura” (HAHNER, 2003, p. 289). Ambas de orientação laica, distinguiram-se das mulheres da Revista Feminina, com sua moralidade cristã, assim como negavam o enfoque caridoso, característica dos demais grupos femininos.

Nem sempre concordavam com as mesmas opiniões, seguindo assim por caminhos diferentes. Aos poucos, Maria Lacerda de Moura foi se distanciando das organizações femininas informais, percebendo, talvez, que o voto acarretaria em benefícios, sobretudo às mulheres de classe média. Bertha Lutz priorizava os cuidados com a ampliação dos direitos políticos e legais e com a melhoria da situação econômica da mulher dentro da sociedade brasileira, mais do que com a reestruturação radical da sociedade em si.

O fato é que, no período, poucas feministas brasileiras admitiram suas atitudes radicais contra a igreja, ao capitalismo e ao segmento militar. E nem todas as simpatizantes dos direitos da mulher eram da classe média alta ou tinham uma profissão. Algumas tinham familiares que pertenciam às elites sociais e políticas e também tiveram papel proeminente no movimento pelos direitos da mulher no Brasil.

³⁰ Bertha Lutz, bióloga, professora e escritora Maria Lacerda de Moura marcaram sua época. Em 1919, Bertha Lutz concorreu para o emprego no Museu Nacional do Rio de Janeiro e tornou-se líder do movimento sufragista feminino brasileiro. (HAHNER, 2003, p. 289).

Na década de 1920, o Brasil passou por uma série de levantes e incitações na face cultural e política, pois a arte moderna perturbava o modelo cultural. Nesse clima de transformação cultural dos anos 20, alguns intelectuais de frente, inspirados por Oswald de Andrade, atacavam a concepção brasileira das relações de gênero. Embora sendo poucos, estavam dispostos a contribuir com essa ideia alguns médicos e educadores que foram a favor da introdução da educação sexual nas escolas, mas isso não foi efetivado. Os que eram a favor da novidade não almejavam alterar os papéis habituais dos gêneros. “Ao contrário afirmavam que a educação sexual nas escolas reduziria a incidência de neuroses femininas e evitaria a perversão moral, ao mesmo tempo em que garantiria uma melhor saúde da prole” (HAHNER, 2003, p. 270).

Em fins da década de 1920 e na década de 1930, foram disponibilizadas a tradução e a publicação, no Brasil, de vários de textos, que abordavam diversas questões a respeito da sexualidade. As justificativas que os médicos utilizavam era que tais ferramentas serviriam para conservar a felicidade matrimonial. No entanto, bem mais que a vanguarda, a modernidade e as novas tecnologias, entre elas o automóvel, o cinema, influenciaram, e muito, o comportamento da mulher nos centros urbanos.

Outro ponto importante é que, no Brasil, o feminismo não foi um movimento de massa ao menos até a década de 1940, porque naquele momento não abrangia mulheres pobres trabalhadoras. “O movimento sufragista brasileiro teve, assim, um perfil elitista. Além disso, seu caráter moderado contrastou com o inglês” (SILVA; SILVA, 2010, p. 147). As feministas, em sua maioria, eram de classe média alta e com vínculos com os grupos influentes. As feministas brasileiras preferiram um feminismo relativamente inexpressivo ideologicamente, porém, suficientemente constituído para instigar a classe dominante. Nessa perspectiva, sobressaiu-se Bertha Lutz. O feminismo fez das mulheres atrizes na cena pública, deu feições/forma a suas ambições e voz a seus anseios. “Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia” (PERROT, 2005, p. 162).

Outros aspectos importantes sobre as feministas brasileiras é que fizeram persistentes tentativas de dissociar-se da imagem de feministas violentas e agressivas, no estilo das sufragistas inglesas, as quais retalhavam quadros ou quebravam vidraças. “Maria Rita Soares de Andrade, uma advogada e sufragista de Sergipe, argumentava que ‘muito homem tinha medo da palavra feminista’ por causa

das sufragistas brasileiras” (HAHNER, 2003, p. 320, grifo da autora). Em 1921, a Federação Feminina Internacional de São Paulo, em seu manifesto, declarou que, ao exigir pelos direitos da mulher, não desejavam bater de frente como o sexo forte, no caso, os homens, em vez disso queriam era a coparticipação na obra da educação feminina. Outra questão referente ao movimento feminino no Brasil, segundo Hahner (2003), é que, muitas vezes, a palavra feminismo era usada de forma leviana por alguns homens, assim como por algumas mulheres, contribuindo para a vulgarização do movimento. Entre os que apoiavam o movimento, havia aqueles que se recusavam a correlacionar a palavra com a emancipação feminina.

4.2 A mulher e o Rio Grande do Sul positivista

Ao falar da representação da submissão da mulher no Rio Grande do Sul positivista, faz-se necessário, antes de tudo, ressaltar algumas questões sobre representação. Sabe-se que “representação que um grupo elabora sobre o que deve fazer para criar uma rede de relações entre seus componentes faz com que defina os mesmos objetivos e procedimentos específicos” (SÊGA, 2000, p. 128).

Encontra-se um início metodológico de representação social, a construção de um conjunto perante a indução social e de uma compreensão de uma função que não considera o fato da consequência social e, sim, a sistematização da ação intelectual do grupo. Promulgadas por preceitos, “instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2007, p. 21). As representações estabelecidas sobre o mundo não só se colocam no lugar desse, o que faz o homem compreender a realidade e elencar a sua vivência. São a base determinante das condutas e práticas sociais, detentoras de poder integrador e coesivo, assim quão esclarecedor do real. Sujeitos e grupos proporcionam um significado ao mundo através das representações que estabelecem a respeito da realidade.

Em suma, representar é encontrar-se no espaço de, “é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2007, p. 21). São também as probabilidades e interesses inscritos

nos seus arranjos, na essência desses campos de ação, instituídos de forma resumida por expressões como o Estado, Igreja ou Partido.

É importante levar em conta que os conceitos do patriarcado têm focado sua atenção à subordinação das mulheres, de forma a encontrar a elucidação dessa subordinação na necessidade do homem na mulher. Assim sendo, as conclusões faladas são objetivas, em que apenas se tornar visível, na melhor das hipóteses, é tarde demais e de maneira instantânea, na própria prática, nem pelos agentes, mais interessados, ou seja, os agentes dominantes.

Essa representação de pensamento e de realização comum assinala como diferenças de caráter, inscritas na objetividade, das transformações e dos aspectos particulares, cooperam para existir, assim como as que naturalizam, esculpindo-se em um conjunto de desigualdades. São todas igualmente naturais em feição, de maneira que as hipóteses que elas produzem são constantemente sustentadas pelo fluxo do mundo, especialmente por todos os períodos biológicos e cósmicos.

Com isso, não poderia surgir na consciência a relação social de dominação que está em sua essência “e que, por uma oposição completa de causas e efeitos, surge como uma aplicação entre outras, de um sistema de relação de sentido totalmente independente das relações de força” (BOURDIEU, 1999, p.16).

Até o século XIX, a história positivista, que era determinada exclusivamente por homens e enaltecia os grandes heróis e os seus feitos, excluiu totalmente as mulheres cuja influência econômica e política nem sequer existia. “O lugar das mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético” (PERROT, 1988, p. 182), visto que as representações do mundo social, assim estabelecidas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundamentado na razão, são sempre determinadas pelos grupos que formam essas representações sociais acerca das mulheres e tinham como objetivo o estabelecimento de uma mulher perfeita, diferente daquela do final do império. A “mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó. Nestas seis palavras existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável” (PEDRO, 2013, p.281).

Nos jornais, o que se via impresso era uma imagem da mulher mãe, responsável pela educação e criação daqueles que viriam a ser o futuro promissor do país. Todavia, quem estava por trás da redação desses jornais eram homens que

formavam a cúpula da sociedade. Entre eles se encontravam homens do poder judiciário, polícia, exército, educadores e religiosos, isto é, todos aqueles que, em suma, eram responsáveis pela administração, segurança e políticas das cidades, ou seja, a elite letrada do período, que se denominava entendedora e ditadora de princípios, comportamentos e moral que julgavam exemplares e corretos.

Sendo esses homens redatores e leitores do seu próprio jornal, editavam aquilo que lhes convinha como a maneira de ser e agir de seus leitores, principalmente das leitoras e, evidentemente, ditavam modelos de mulher, destacando, principalmente, aquele em que a mulher deveria limitar-se apenas à educação dos filhos e nos cuidados com a família. Esse era o modelo de comportamento que a então nova sociedade almejava seguir.

Do mesmo modo como as elites passaram por uma nova acomodação, de certa forma a República inaugurou, então, um período em que se desejava modificar a sociedade. Nessa nova conjuntura, havia a preocupação em afastar dos centros urbanos a pobreza.

No início do período republicano, o papel que essa mulher desempenharia seria o já conhecido e tradicional: de mãe zelosa e responsável pelos afazeres domésticos e educação dos filhos. Dentro dessa perspectiva, “as mulheres pertencem à família e não à sociedade política, e a natureza as fazem para as tarefas domésticas e não para as funções públicas” (BEAUVOIR, 2009, p. 167).

Na concepção positivista,³¹ a mulher apenas complementar o homem. De acordo com Pedro (2013, p. 298, grifo da autora):

A predominância das ideias positivistas significou a repetição, nessa região, dos mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à do homem, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim significaram certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram as responsáveis pela construção dos “homens de amanhã” – coisa rara até então. Para o pensamento positivista, divulgado em Porto Alegre pelo Centro Positivista, ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar. Assim os papéis familiares de filha, irmã e esposa era uma espécie de preparação para a função de mãe. Nesses escritos a autoridade masculina e a submissão feminina eram compreendidas no binômio “obediência e amor”. Nesse caso as mulheres obedeciam porque eram dedicadas e meigas.

³¹ Dentro da concepção positivista, a mulher deveria ficar isenta de todo o trabalho fora do lar, sendo considerado “sexo afetivo”, base da moral. Ela se encontraria em melhores condições para conciliar a ordem (dentro do lar) com o progresso (fora do lar), por isso a necessidade de sua exclusão da vida econômica e da política.

Ainda, segundo a concepção positivista, a mulher era esposa submissa, dócil e responsável por gerar filhos e educá-los. Também era sua função dedicar-se às tarefas da casa e ao marido e “aperfeiçoar a natureza humana”. Essa doutrina não menospreza a inteligência da mulher, mas determina que a mulher só complementa a inteligência do homem, ficando, assim, limitada ao espaço privado, visto como lugar sagrado onde se formariam os novos seres humanos. Nessa concepção, a mulher era considerada fraca, submissa, passiva e emotiva.

Nesse sentido, “o positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminismo e, de modo mais geral, do cotidiano” (PERROT, 1988, p. 185). Nessa perspectiva, o aspecto “conservador é observado no discurso referente à mulher. Considerando a mulher responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado” (ISMÉRIO, 1995, p.19). Ou seja, o modelo de conduta feminina estava embasado no modelo patriarcal, no qual a mulher deveria ser a rainha do lar e, para atingir esse modelo, seguiria normas preestabelecidas pelo Catecismo Positivista.

Considerando que as mulheres desde jovens eram instruídas para atuar dentro de casa, elas até detinham certo poder de persuasão dentro do espaço privado, mas no espaço público não gozavam dessas mesmas possibilidades. Para estabelecer os modelos femininos, era necessário que o positivismo interferisse inteiramente na educação da mulher e, com isso, de maneira indireta, direcionaria as relações e a estrutura familiar.

A influência sobre a educação da mulher começava pelo casamento. Fora esse aspecto, para os positivistas, o casamento era muito mais que um ambiente em que se mantinha uma sexualidade saudável, pois era também o embasamento da organização social. De acordo com Ismério:

Os noivos além de atingirem idade apropriada para assumirem tal compromisso, passavam por um ritual de três meses para aperfeiçoar os laços conjugais. Ao iniciar esse período o casal fazia voto de guardarem-se castos até o final do ritual, pois o trimestre tinha como objetivo a fusão de almas no seu estado puro, firmado através do casamento subjetivo. Durante os três meses os noivos conviviam na mesma casa sem contato sexual, buscando também uma preparação para assumir a nova vida através do comprometimento de ambos, de seguir os sete princípios do Casamento Positivista, que visavam manter uma perfeita ordem familiar. (ISMÉRIO, 1995, p.22).

Para a mulher, no espaço público, havia o risco da perda da honra em caso de alguma atitude que fosse considerada imprópria para a época. Uma simples

conversa com um homem era algo inadmissível e estar nas ruas ao anoitecer era sinônimo de prostituir-se, algo condenável pela sociedade que pregava os bons costumes. Embasados em uma tradição intelectual conservadora, especialmente marcada pelas concepções biológicas do século XIX, esse consenso ditava que a mulher honrada era a dona de casa, mãe zelosa e esposa obediente, e o marido era considerado aquele bom pai, esposo e trabalhador. O positivismo associa as mulheres exclusivamente ao espaço privado. Ela é “confinada à família e nessa sociedade em miniatura o pai governa porque a mulher é incapaz de qualquer mando, mesmo, doméstico; ela administra tão somente e aconselha” (BEAUVOIR, 2009, p. 168).

De certa forma, essa constituição de família era a maneira encontrada de manter a mulher submissa ao homem, uma vez que temiam a emancipação feminina e as novas atitudes que viriam a partir dessa emancipação, possibilidades até então desconhecidas. A esse respeito, Bourdieu (1999, p.18) esclarece que:

As forças da ordem masculina se evidenciam no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos de seu local, seu momento, seus instrumentos, é estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa reservada às mulheres; ou no interior desta entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo.

Conforme Bourdieu (1999), há uma divisão em todas as coisas, assim como o próprio corpo. São essas divisões que solidificam a diferença entre os sexos e, em uma visão distorcida da dominação dos homens sobre as mulheres, essas diferenças biológicas entre ambos servem de justificativa para diferenciar os gêneros e a divisão social do trabalho.

No período da República Velha, vivenciaram-se muitas mudanças no que diz respeito à mulher. Entre essas, a consolidação do capitalismo e a urbanização das cidades levou a novos hábitos no convívio social. Um novo olhar acerca das relações sociais e de gênero representou mudanças na concepção e na ocupação dos espaços público e privado. A esse respeito, Gomes (1998, p.2, grifo da autora) avalia que:

Vale notar que essas mulheres, de uma forma mais geral, estavam no bojo das críticas que insidiam sobre uma persistente tradição intelectual, de Aristóteles a Freud, passando pelos historiadores, que enfatizava a dicotomia homem/cultura e mulher/natureza marcada por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores. Essa bipolaridade era sustentada pela ideia da “desigualdade” entre os dois sexos, separando e opondo-os: o universo masculino relacionado à cultura, sinônimo de objetivo, de racional e de público, determinava a sua dita “superioridade” em relação ao universo feminino enquadrado à natureza “reveladora” de sua suposta propensão ao emocional, ao subjetivo e ao privado. Não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações com o político e com o público.

Nesse momento, a mulher passou a ter uma maior visibilidade e oportunidade nos espaços públicos. Essa nova mulher tem acesso à educação, principalmente nos meios urbanos. Portanto, despertava preocupações e questionamentos no que diz respeito a moral e bons costumes de uma sociedade patriarcal e extremamente machista. Isso se percebe nos discursos em prol ou não das conquistas femininas. Assim, criou-se toda uma representação do ser feminino em que “todas visam, de fato, fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”. (CHARTIER, 1991, p. 185).

Mas além dessas representações, não é fácil descrever a história das meninas. Elas permaneciam mais dentro de casa e são mais vigiadas que seus irmãos. São colocadas para trabalhar mais cedo nas famílias mais humildes, saindo precocemente da escola, principalmente se fossem mais velhas. Foram requisitadas para todo o tipo de afazeres domésticos. “Ela é mais educada que instruída. Sob esse ângulo o protestantismo, que promove uma leitura da Bíblia pelos dois sexos, é muito mais igualitário” (PERROT, 2005, p. 43).

Portanto, havia aqueles que defendiam a educação feminina, uma vez que isso serviria para que a mulher se aperfeiçoasse no seu papel de esposa e mãe. Nessa perspectiva, o papel social da mulher se encontrou em um processo de transformação, no qual os antigos valores tradicionais passaram a coexistir com os princípios liberais da civilização moderna.

Nessa nova conjuntura, a grande maioria dos homens via com temor e receio essa nova mulher, pois os conservadores temiam o desregramento de costumes patriarcais. Acreditava-se que a mulher deveria limitar-se ao espaço privado do lar. Esse modelo de sociedade foi responsável por aumentar ainda mais a omissão

sobre o papel feminino nessa sociedade na qual as mulheres eram postas em segundo plano. Isso veio a contribuir para a ausência documental sobre elas.

No início do século XX, percebem-se algumas mudanças. Quanto mais as mulheres se distanciaram do papel doméstico, que tradicionalmente lhes era imposto para desempenhar fora de casa atividades que nem todos consideravam extensões das responsabilidades maternas, mais acirrada era a oposição masculina que encontravam.

Era aceitável uma mulher fora de casa apenas para funções cujas atribuições eram de caridade, mas era inaceitável que tomassem os espaços ditos masculinos como, por exemplo, os cargos de serviço público. “E se alguns já desaprovavam as mulheres professoras e, até, médicas, a absoluta maioria considerava muito mais perturbadora a existência de advogadas e de políticas” (HAHNER, 2003, p. 154).

Nesse sentido, corrobora Mary Del Priore quando afirma que “nas cidades ampliavam-se, sobretudo para as mulheres, as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo. Os homens temiam pela emancipação” (PRIORE, 2013, p. 65), mas já não podiam evitá-la totalmente, porque, nesse momento, as mulheres passam a lutar por seus direitos de igualdade, quebrando regras e buscando seu espaço na sociedade. Elas agora reivindicavam liberdade para o desenvolvimento completo de todas as suas potencialidades, dentro e fora do lar.

Ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo, transformaram-se a economia e o padrão de vida da população. O crescimento das classes médias, nas áreas urbanas, e a melhoria dos padrões de vida permitiram que grande parte das mulheres tivessem empregadas. O reforço desse novo status em meados do século XVIII ligava-se ao fato de que a mulher que não trabalhava fora de casa era sinônimo de sucesso financeiro do marido.

O imaginário social, sobre a mulher como ser doméstico, acentuou-se ainda mais no século XIX. “O ideal masculino era de alguém racional, agressivo, capaz de tomar decisões lúcidas, um empreendedor e dominador, apta vida pública. Enquanto a mulher deveria ser sentimental, passiva, casta, vulnerável, dependente e destinada ao lar” (PINSKY, 2014, p. 271).

De certo modo, as próprias transformações que ocorreram convenceram muitos de que as mulheres não deveriam deixar suas atribuições de mãe e esposa submissa, ficando definidas por sua relação com um homem. Identificou-se o peso

emocional conferido às tarefas da casa, que passou a ser entendido como um lar e o novo modelo de maternidade crescente, em que boas mães deveriam cuidar e amamentar seus filhos, além de educar as meninas para que fossem “boas moças”. Isso tudo dentro dos moldes sociais já preestabelecidos pela sociedade de então. Assim, acentuou-se também a imagem de que o trabalho não era para as mulheres de boa família.

Imagem 1 - Mãe dedicada e amorosa. A Cigarra. São Paulo, jul. 1926, n.281. Apesp.



Mãe

A CREADAGEM, as compras, os “rapazes,” as visitas! Quantas coisas, Deus meu, quantas coisas a attender! Naturalmente ha dias em que a pobre Mamãe se irrita, fica nervosa e acaba com uma tremenda dôr de cabeça e moleza em todo o corpo. Com que anciedade recorre ella então á

CAFIASPIRINA

Dois comprimidos, um copo d’agua e eil-a de novo, Mamãe tão bem disposta, risonha e activa como de costume.

E para os pequenos quando estão com dôr de dentes e de ouvido, para o papae quando trabalhou demasiado, para a vóvósinha quando a afflige o rheumatismo, para toda a familia, em summa, *Cafiaspirina* significa allivio, bem estar e alegria.

É tambem o ideal para as neuralgias, as enxaquecas, as consequencias do trabalho mental excessivo, os abusos alcoolicos, etc. Não effecta o coração nem os rins.

Não accite comprimidos avulsos. Peça o tubo com 20 comprimidos, ou o envelope “CAFIASPIRINA” com dois, ou então o disco “CAFIASPIRINA” com um comprimido.

**B
A
BAYER
E
R**

Fonte: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/pdfs/PROPAGANDA_Ana_Maria_Soares.pdf

Percebe-se, através da imagem, o anúncio de um analgésico que mostra uma mãe zelosa, realizadora de todas as tarefas do lar com prazer. Mesmo com “dor de cabeça”, ela não deixa de zelar pelos seus familiares.

Nesse período, destaca-se o contraponto entre os novos pensamentos que se desenvolviam, sendo que muitas tradições foram rompidas ou criticadas. Democraticamente, as novas legislações foram dando, aos poucos e lentamente, voz aos desfavorecidos. Mas as mulheres que faziam parte deste grupo tiveram seus avanços ainda mais lentos. “Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira geralmente desfavorável às mulheres, considerando a submissão e a dependência femininas como dados naturais e formalizando atitudes repressivas com relação às mulheres” (PINSKY, 2014, p. 272).

No início do século XX, os códigos de leis negaram o direito das mulheres casadas sob seus bens, dando essa autoridade ao marido. As mulheres eram consideradas menores tendo que ter obediência ao pai e, depois de casada, ao marido. O aumento do espaço feminino de atuação se deu também pela filantropia e caridade, como cuidar de doentes. Quanto à educação, as mulheres que antes não tinham uma educação formal tiveram que conquistar seu espaço. “No Rio Grande do Sul, a educação recebeu especial atenção do governo republicano. Seguindo a tendência nacional, o positivismo comteano foi posto em prática pelos governos de Júlio de Castilho e Borges de Medeiros” (MEYRER; GEVEHR, 2014, p. 30). Para a educação comteana, a sociedade não deveria ser abordada da mesma forma, ao mesmo tempo em que deveria considerar as diferenças de classes sociais e de gênero existentes.

Com isso, os níveis de escolaridade respeitavam a hierarquia social, e as mulheres eram colocadas ao lado dos trabalhadores em um nível inferior. E o ensino secundário e superior era destinado aos mais abastados e, principalmente, aos homens. “Além das escolas direcionadas às jovens das camadas mais abastadas, haviam algumas voltadas para meninas de origem humilde. Essas aulas eram gratuitas e ministradas por senhoras da elite rio-grandense” (ISMÉRIO, 1995, p. 31). Era um modo de induzir a todos os segmentos sociais o padrão de mulher perfeita ditado pelo positivismo e, ao mesmo tempo, instigar obras de caridade.

Durante o século XIX, constituíram-se lentamente meios disciplinares e que foram mudando e se ampliando com a República. Foi nessas circunstâncias que se formou uma medicina social no Brasil.

Alguns médicos, na tentativa de manter um regramento, uma moral até então ditada pela sociedade em questão, associavam essas reivindicações do mau

comportamento a doenças e distúrbios físicos e mentais. A demência, então, passou a ser definida não mais por um comportamento de alienação ou falta de capacidade intelectual, mas como um fenômeno moral em que a pessoa não seria incapaz intelectualmente. Assim, essa demência seria fruto do anseio do querer. A causa desse mal seria uma manifestação de conduta inadequada e, nesse sentido, quando essas mulheres passavam por um médico, esse a diagnosticava como “louca”, ou com “histeria”, justificativa do mau comportamento. De acordo com Souza (2006, p. 14):

No Brasil, assim como em outros países da região, o movimento eugenista começou a ser organizado logo após a Primeira Guerra Mundial. Formado por médicos, higienistas, advogados e educadores, o campo eugênico brasileiro concentrou suas atenções nos graves problemas sociais, como o saneamento, a higiene, a saúde pública e a educação. Por outro lado, as ideologias raciais e as discussões sobre a formação da nacionalidade também motivaram sobremaneira as idéias eugênicas no Brasil, já que o país era considerado como uma das nações mais miscigenadas do mundo. De maneira geral, o programa eugênico brasileiro se definiu pela divulgação de medidas oriundas da “eugenia preventiva”, cujo interesse visava ampliar as reformas do ambiente social.

O que se percebe é que esses médicos, influenciados pelos conhecimentos da genética, acreditavam que a transformação do meio favoreceria o melhoramento imutável das novas gerações do Brasil. O movimento eugenista teve como maior divulgador e idealizador Renato Kehl³² que “[...] esteve no centro das discussões que constituíram o campo eugênico nacional, tanto nos anos 1920 quando assumiu o ideário sanitaria - quanto no início dos anos 1930” (SOUZA, 2006, p. 15). Nesse momento, as concepções eugênicas ficam mais agressivas. A divulgação das ideias eugênicas de Kehl esteve incansavelmente dedicada, entre as décadas de 1910 a 1930, à coordenação do movimento eugenista/sanitarista no Brasil.

Com essas normas, muitos hábitos e costumes mudaram, pois “esses discursos tiveram como um de seus resultados práticos mais visíveis à erradicação das amas de leite, cuja existência era incompatível com as noções de higiene ministrada às boas mães de família” (GONÇALVES, 2006, p. 109). O casamento também era considerado como uma maneira higiênica de se envolver sexualmente, conseqüentemente, mantenedora da boa saúde da sociedade, uma vez que o casal se relacionaria apenas com um parceiro, evitando, assim, a proliferação de doenças

³² Médico e eugenista Renato Ferraz Kehl (1889-1974) era o principal representante do movimento eugenista brasileiro e latino-americano (SOUZA, 2006, p. 15).

venéreas, entre elas a mais temida, a sífilis, que no período não possuía cura. Portanto, o casamento passou a ser a única maneira de evitar essas doenças.

Nesse sentido, o casamento e a sexualidade no Rio Grande do Sul e na República Velha estavam alicerçados no ideário político da época, quando a mulher era vista apenas como progenitora, destituída de qualquer desejo sexual. Para Bourdieu (1999, p. 31), “a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação porque ela está construída entre o princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo, e o feminino passivo”.

Nesse contexto, o desejo do homem expressava-se como desejo de posse e dominação erotizada. Nessa perspectiva, a mulher era reduzida a um objeto de manipulação simbólico. Ou seja, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 2005, p. 12). E no momento em que as mulheres passavam a lutar por seus direitos de igualdade, alguns médicos tentaram manter um regramento até então ditado pela sociedade em questão e, para isso, foram tomadas algumas medidas que partiam do pressuposto de que as relações sexuais só se consumavam pelo casamento e que as escolhas conjugais contassem com a ajuda de exames pré-nupciais. Além disso, conselhos médicos proporcionariam uma melhoria substancial da nação, produzindo proles sadias. Com isso, o casamento moldaria cidadãos exemplares.

Portanto, era evidente a modernização dos papéis masculinos e femininos assim como a “desigualdade de gênero”. Essa persistia pautada principalmente na fala de alguns médicos, os quais procuravam ditar as regras de conduta, principalmente para as mulheres. As intelectuais eram vistas com temor. Priore (2013, p. 66, grifo da autora) avalia que:

Fora dos papéis tradicionais, a mulher era uma promessa de flagelo. As inteligentes, consideradas perigosas. O médico italiano Cesare Lombroso afirmava que aquelas dotadas de grande capacidade intelectual eram criminosas natas. Seriam incapazes do altruísmo, da abnegação e da paciência que caracterizavam a maternidade. Mulheres honestas que quisessem se educar corriam o risco de se tornar prostitutas ou suicidas, porque homens comuns jamais se casariam com elas – o conhecimento lhes causava “repugnância”.

Criaram-se, assim, uma série de mecanismos para controlar os desejos e os sentimentos das mulheres, juntamente com códigos de comportamento, etiqueta,

ordem moral e social, amparadas nos discursos médicos. “A partir do século XIX quando as práticas médicas invadem o espaço doméstico, sobretudo nas áreas urbanas, intensifica-se a produção de manuais sobre a saúde e o corpo da mulher” (GONÇAVES, 2006, p. 115).

Essas ideias serviram como aporte para manter a moral e os bons costumes de uma sociedade que estava prestes a passar por profundas mudanças em sua história. Isso tudo acontecia, sobretudo, devido ao estabelecimento do sistema Republicano, a constituição do mercado de trabalho livre, a industrialização, a imigração europeia e a eminente modernização da vida social e política.

Quanto à educação, as mulheres que antes não tinham espaço para educação formal tiveram que conquistar seu lugar. “As diferenças de classes e etnicidade frequentemente superavam a identidade de gênero. Filantropas muitas vezes sentiam-se superiores às mulheres do povo. Trabalhadoras não aceitavam como porta voz senhoras conservadoras ou feministas das classes privilegiadas”. (PINSKY, 2014, p. 285).

A partir do movimento industrial, começou a haver espaço para as mulheres em trabalhos terciários, na área do ensino, da saúde e do comércio, em que era preciso certa escolaridade, mas os salários eram baixos. Dessa forma, “a opressão às mulheres deveria acabar na rejeição das ideias tradicionais – como a inferioridade natural das mulheres e a necessidade da submissão feminina e na crença de que a ampliação de papéis e opções para as mulheres criaria um mundo melhor para todos” (PINSKY, 2014, p. 286).

Além disso, a crescente produtividade fabril e o distanciamento das zonas agrícolas acabaram por modificar a divisão do trabalho familiar. Esse movimento acabou por reafirmar o trabalho doméstico como vinculado ao gênero feminino (PINSKY, 2014, p. 497).

Afirmava-se, também, uma ideia de que a mulher que trabalhava fora poderia não ser “honestá”, pressupondo que o trabalho remunerado da mulher seria um complemento ao do marido. Essa construção ideológica machista justificava as diferenças salariais e a segregação ocupacional. Muito dessas segregações ideológicas se deram com embasamento em distorcidos e criticáveis trabalhos médicos. Um exemplo é o do Dr. Vasconcelos que, no ano de 1915, recebeu o título de especialista em ginecologia e obstetrícia. Para ele, apenas as ninfomaníacas teriam vontades

sexuais. Para o médico, as mulheres normais seriam biologicamente monogâmicas e sem apetite sexual, sendo que o sexo serviria apenas para a reprodução.

Porém, os homens teriam desejos a serem satisfeitos, então, eles eram justificados “cientificamente”, devendo eles procurar as prostitutas para saciarem o desejo. E ainda o doutor sugere para as mulheres a cliteredectomia, ou seja, a mutilação do sexo feminino como ferramenta de saneamento e higiene social-moral.

Nessa ambiguidade entre a ciência e a essência/desejo do ser feminino, “o corpo e a sexualidade femininos inspiram grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina” (ENGEL, 2013, p. 332). E essa postura de alguns médicos fundamentaria o pensamento positivista de que o sexo existe em função da reprodução, de forma que a mulher deveria ser destituída de todo e qualquer desejo sexual, para que sua pureza fosse preservada por meio da maternidade.

Assim, a mulher tinha que ser submissa, pois havia todo um condicionamento moral e simbólico que determinava suas ações. “Ela não possuía alternativa, se não fosse mãe dedicada e esposa obediente, cairia em profunda desgraça e o seu erro não seria perdoado. Carregaria a eterna mácula de ter saído dos padrões considerados normais pelos positivistas” (ISMÉRIO, 1995, p. 30). Ou seja, a sociedade a condenaria por ter perdido sua pureza, porém a mesma sociedade agia de maneira mais condescendente com o sexo oposto, uma vez que esse vivia exposto no espaço público e fora educado para viver nesse espaço e, por consequência, tinha o privilegio de agir diferentemente da mulher.

Esse é apenas um dos exemplos da negação da sexualidade feminina, quando se criou também uma dupla moral sexual: à mulher a reprodução e ao homem o prazer e a prole. O positivismo, ao mesmo tempo em que tinha a mulher como sua grande guardiã, contribuiu para a moral conservadora, visando retirar a mulher da esfera profissional e científica, “enclausurando-a em sua própria casa, sob a argumentação de que era irracional e não tinha domínio de seus impulsos. E somente presa ao lar e tutelada ao homem, a mulher poderia exercer uma influência positiva” (ISMÉRIO, 1995, p. 34).

Outra questão referente à República Positivista era a difícil relação entre o poder laico e o eclesiástico, característico da nova ordem vigente. Segundo Ismério (1995, p. 37):

O casamento para ser válido deveria ter registro civil, o ensino tornou-se leigo e público, sendo cortados os laços de dependência entre o culto religioso e o governo. Todas essas normas foram prescritas na Constituição Republicana de 1891. Com a instauração do regime republicano, destacam-se as influências do anti-eclericalismo liberal e da doutrina positivista, esta trazendo a proposta da Religião da Humanidade, que cultivou as das leis naturais e o discurso racionalista, científico, opondo-se ao da Igreja Católica.

A família, o casamento monogâmico, o culto aos mortos, a educação e a autonomia entre o Estado e religião consistiam nos princípios fundamentais do positivismo para estabelecer a sociedade. É evidente que o Estado tinha por base o cientificismo, enquanto a igreja era fundamentada na teologia, mas, no que referia à família, propriedade e moral, as duas instituições se assemelhavam.

A questão de maior convergência entre o Estado e a igreja era a coordenação da sociedade, fundamentada na moral autoritária. “Em ambas, a mulher era a guardiã da moral e do culto religioso, resultante da reprodução rotineira de seu cotidiano, onde lhe são transmitidos os símbolos e signos de uma cultura” (ISMÉRIO, 1995, p. 37). A afinidade entre os exemplos femininos propostos pela simbologia da igreja católica e pelo positivismo não é uma simples coincidência, pois no que se refere à moral, mulher e comportamento, a igreja influenciou muito a sociedade, visto que era a maior divulgadora e mantenedora do valor moral e conservador.

A questão da virgindade também era bastante discutida pelas duas instituições, pois a sexualidade exerceu um papel importante no desenvolvimento de símbolos, pois havia uma preocupação em construir um discurso que contivesse a sexualidade feminina. “A virgem Maria representa a pureza de espírito e de corpo, pois após a concepção do filho de Deus manteve-se sem mácula” (ISMÉRIO, 1995, p. 41).

No positivismo, a pureza é legitimada e aclamada com a maternidade e mais tarde seria retomada com a viuvez. Nessa ótica, a justificativa do sexo se dá pela concepção, pois a pureza deixa de ser uma questão unicamente carnal para ser espiritual. Conforme Ismério (1995), isso tornava o segundo exemplo mais próximo de ser alcançado; ainda que ele também contivesse a sua condição pura, não merecia perdão que não havia no positivismo e no catolicismo. O perdão era dado mediante a confissão do pecado e a obrigação da penitência.

O positivismo utilizou-se desse pensamento para justificar a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, demarcando, assim, o espaço de cada um no âmbito familiar assim como na sociedade. Assim, o homem é o dominador, e a mulher, a sobrepujada. Ou seja, o papel da mulher dentro da sociedade positivista

era limitado e sua sexualidade contida, porque o fortalecimento da mentalidade conservadora estava embasado a partir da imagem da Virgem Maria. Dessa forma, esse período não marca apenas uma transformação daquele momento, mas também uma ebulição de mudanças sociais, culturais e urbanas que culminou em mudanças na maneira de pensar e agir. Entre essas transformações, a sociedade viu surgir uma nova mulher, que já não era mais tão submissa, mas que agora era autônoma e questionava as divisões sociais existentes, mudando seu estilo de se vestir e agir. Entretanto, essa mulher autônoma era temida, uma vez que ela não queria ser só mãe e esposa. Ela desejava mais.

No que se refere à emancipação feminina e à liberdade de expressão e de suas vontades, a mulher gaúcha na República Velha lutou muito para conseguir espaço e para ter voz ativa na sociedade. Desde fins do século XIX, no Rio Grande do Sul, já havia mulheres lutando pelos seus direitos, a exemplo de Luciana de Abreu³³.

Imagem 2 - Luciana de Abreu (1847 - 1880).



Fonte: <http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/06/casa-da-roda.html>

³³ Professora Luciana de Abreu subiu em um palanque público, em 1873, para denunciar a injustiça com que os homens tratavam as mulheres. Uma órfã criada pela família de guarda livros, Lucía de Abreu casou-se com um funcionário municipal e, jovem mãe, ingressou na recém-estabelecida Escola Normal de Porto Alegre, em 1986. Logo estava dirigindo a própria escola elementar e não tardou a ser chamada para participar dos debates políticos e literários. (HAHNER, 2003, p. 135).

Luciana de Abreu³⁴, diferente das demais mulheres que recitavam poemas ou tocavam piano nas reuniões sociais, defendia chances iguais para as mulheres, como o acesso à educação superior e o livre-arbítrio de exercer qualquer profissão.

No início do século XX, havia um engatinhar das mulheres mais ou menos organizadas, que reivindicavam o direito ao voto e mais oportunidades de trabalho, pois ser só professora já não era mais suficiente. Elas queriam, afinal, o mercado de trabalho, e isso não se resumia apenas à educação, pois havia o comércio, as repartições, os hospitais e as indústrias.

Outro aspecto que se percebe é que os “pré-conceitos” da Igreja Católica foram empregados pelo positivismo, no que se referem ao trabalho feminino. Em ambas as teorias, o trabalho feminino era tido como uma maneira de desmoralizar a moral da mulher e de sua família. Havia o consenso de que a mulher não podia deixar seu “cargo de anjo tutelar e muito menos sair do seu trono de rainha do lar, funções que lhe foram incumbidas e realmente a dignificam, segundo Pio XI” (ISMÉRIO, 1995, p. 47).

O positivismo trazia como utopia a sociedade industrial, conquistada a partir da regeneração social. O progresso era o grande objetivo do Estado gaúcho, que teve sua industrialização iniciada no final do século XIX. Os latifúndios destinados à pecuária aprimoraram suas tecnologias, e o gado passou a ser transportado de trem. Assim, não era mais necessário o tropeirismo.

O excedente da mão de obra do campo foi para os centros urbanos, para trabalhar na indústria. Com o aumento da oferta de mão de obra, havia a necessidade de excluir o trabalho feminino, pois, assim, as mulheres não concorriam com o trabalho masculino. E, nesse prisma, o positivismo buscou mecanismos para manter a mulher limitada ao espaço doméstico, notando que quem detinha o poder no período eram os banqueiros e industriais. De acordo com Ismério (1995, p. 89, grifo da autora):

³⁴ Aos vinte anos, casou-se e dois anos depois, já com uma filha, foi uma das primeiras alunas a se matricular na recém-inaugurada (1869) Escola Normal de Porto Alegre. Luciana de Abreu tanto se distinguiu nos meios culturais e nos saraus literários, realizados seguidamente em casas particulares, que acabou sendo a primeira mulher convidada a entrar para uma sociedade literária brasileira, além disso, ela foi a primeira mulher a discursar em público em Porto Alegre, tendo subido a tribuna da Sociedade Partenon Literário para defender o direito das mulheres à emancipação. Em outras oportunidades, reivindicou o direito à instrução superior, à liberdade de exercer qualquer profissão e à igualdade de oportunidades (o que implicava o direito ao voto feminino). Luciana de Abreu morreu precocemente de tuberculose após ter completado 33 anos. Hoje, uma rua e uma escola em Porto Alegre receberam o seu nome, sendo elas as testemunhas silenciosas da existência desta mulher. (http://www.lec.ufrgs.br/index.php/Luciana_de_Abreu).

A mulher rio-grandense, no limiar da Primeira guerra Mundial, aceitava o seu papel de submissa ao homem, justificando que sua mais nobre missão, mais desejável e mais bela era constituir família e exercer sua influência como *anjo tutelar*, pois não via vantagem em deixar de ser um bibelô ou ainda de descer do seu trono de guardiã da moral da família, para concorrer com o homem.

O que se percebe, nesse momento, é que a mulher se acomodou no seu espaço doméstico e não pensava em deixar de ser a “rainha do lar”, visto que a posição de frágil e submissa lhe dava certo prestígio. Seus desejos e exigências eram na sua maioria conquistados por chantagens emocionais. Com isso, o que se nota é que as mulheres detinham certo poder sobre os homens e muitas se acomodavam e se conformavam com sua função secundária, de forma que, ao aceitar essa condição, a mulher esteve ao mesmo tempo legitimando os princípios da moral conservadora imposta.

Com relação à política e ao direito ao voto, conforme Ismério (1995), as próprias mulheres casadas, para evitar os conflitos dentro de casa, consideravam que não deveriam votar uma vez que o marido já as representava. E no caso das solteiras, independentes do sustento da família e do homem, deveriam ter o direito ao voto, visto que não tinham as alegrias do casamento e da maternidade, então, o que lhes restava era a participação política. Essas, em sua maioria, eram vistas como mulheres fracassadas e mal-amadas. Eram, em sua maioria, intelectuais “solteironas que buscavam em seus escritos os sonhos perdidos de ter um dia um príncipe encantado” (ISMÉRIO, 1995, p. 91).

Muitas dessas mulheres, além da poesia, se dedicavam à música e à pintura, que aprendiam na escola com a finalidade de se apresentarem em saraus³⁵ e salões positivistas. Esses momentos eram sempre presididos por uma mulher, dando, assim, um caráter mais familiar. Para exercer essas atividades sociais, essas mulheres deveriam sempre estar bem apresentáveis e conforme a moda.

A partir das primeiras décadas do século XX, a mulher passou a fazer parte do mercado de trabalho, deixando, assim, de desempenhar unicamente o papel de ser mãe e responsável pelo zelo da casa. É importante destacar que, nesse período, muitas mulheres dedicaram-se ao papel de educadoras, uma vez que essa era a única área em que poderiam trabalhar.

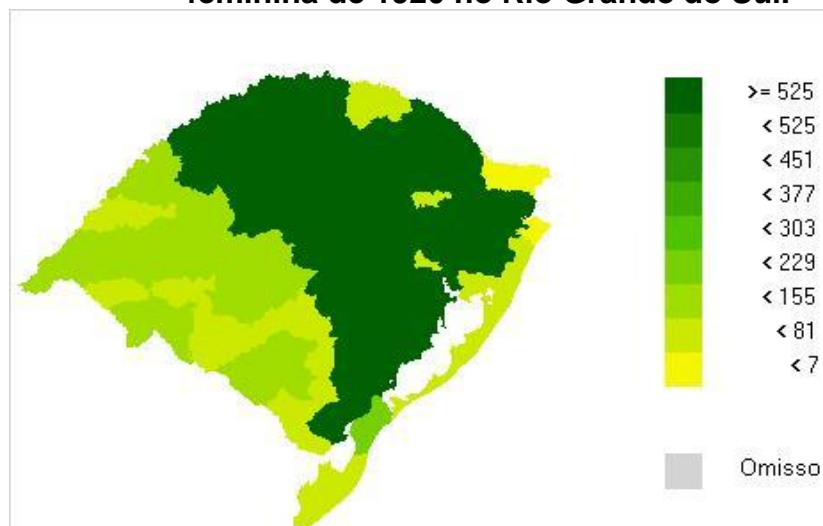
³⁵ O sarau era um encontro social herdado do período colonial que chega até a República Velha (1889-1930). Era um espaço alternativo onde, além de se reunirem para dançar, ouvir palestras e poesias, assistiam a apresentações de pequenas peças de teatro, como também, em muitos casos, eram expostos trabalhos manuais confeccionados pelas organizadoras.

Outro fator que favoreceu essa mudança foi a Primeira Guerra Mundial, porque as mudanças ocorridas na Europa refletiram no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul, principalmente no pós-guerra. Isso fez com que as mulheres buscassem uma maior independência.

A concepção de mulher guardiã da moral começava a ser questionada frente às novas formas de comportamento mundial. Surgem os cabelos curtos assim como as saias mais curtas também, seguindo a nova tendência da moda.

É possível observar, no mapa que segue, o número da população economicamente ativa. Nesse caso, o número entre homens e mulheres se mostra claramente desigual:

Imagem 3 - Mapa Censo Econômico da população feminina de 1920 no Rio Grande do Sul.



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Na imagem, tem-se o mapa do censo econômico das mulheres economicamente ativas em 1920. As cidades que apresentam um número maior de trabalhadoras são Porto Alegre, com 1013 mulheres; Pelotas, com 282; Rio Grande, com 188; São Leopoldo, com 186; Santa Maria, com 142; e Bagé, 117. Segundo o censo, as cidades que apresentaram um menor número de mulheres economicamente ativas declaradas foram Bom Jesus, com cinco mulheres, e Torres com quatro mulheres.

O que fica claro com esses dados é que as mulheres, apesar de estarem inseridas em uma sociedade extremamente machista com um cunho positivista,

buscaram sua autonomia econômica. É importante considerar também que esses dados são referentes à população de baixa renda.

Outro dado importante com relação a esse período no que se refere à mulher inserida no mercado de trabalho é a violência/assédio e desvalorização que muitas sofriam por parte de seus patrões. Conforme dados coletados nos processos-crimes da década de 1920, constata-se o quanto essas mulheres que buscavam uma maior autonomia econômica e pessoal eram desrespeitadas/desvalorizadas. E através da análise de alguns processos-crimes de São Leopoldo, de 1900 a 1923, fica evidente essa falta de respeito com a mulher.

Um relatório da delegacia de polícia de São Leopoldo, do dia 18 de junho de 1923, trata de um inquérito para esclarecer uma violência sexual sofrida por uma funcionária de uma fábrica de barrigueiras, sendo que a moça trabalhava na casa dos pais, com material fornecido pela fábrica. Ela acusa seu patrão de tê-la violentado. Segundo o relatório, em um sábado, ao regressar da missa, a moça passou pelo estabelecimento comercial para buscar materiais. Ali, a sós com o seu patrão, foi violentada. Na ocasião, não havia ninguém na fábrica, porque o patrão encarregara o único empregado que ali se encontrava para uns serviços externos.

No primeiro depoimento do acusado, ele declara ser casado e até divorciado e, quando é novamente intimado a prestar esclarecimentos na delegacia, se declara solteiro, alegando que há muito tempo a moça vinha fazendo propostas para viverem juntos, e ele sempre rejeitava porque temia uma armadilha da moça. Mas no dia 24 de fevereiro, mais ou menos às 8 horas, estranhou a presença da moça. Essa, com modos sensuais, começou a beijá-lo e, por fim, ele se viu obrigado a ter relações sexuais com ela. Após ter levantado da cama, ouviu vozes na parte térrea do seu estabelecimento. Ao atender, percebeu ser o pai da moça que vinha procurá-la. A pedido da moça, o patrão declarou ao referido cidadão (pai) que ela não se encontrava ali. Mas, pouco depois, ali chegavam a mãe e os irmãos da moça, e o declarante, então, para se livrar de um escândalo, fez com que a moça acompanhasse seus familiares, apesar da relutância dela em atender ao seu pedido. Na época do ocorrido, a moça tinha 18 anos de idade.

No decorrer do processo, o réu foi enquadrado no Artigo 267 do código penal³⁶ e entre o crime e a sentença passaram-se cinco anos. O juiz intimou a moça

³⁶ Queixa-crime sobre defloramento - Código Penal de 1890, artigo 267.

e indagou-a se queria ou não que o réu fosse processado, mas, por vergonha de um escândalo e por estar abrigada em um lar, onde se fazia necessário esquecer o episódio, ela não o denunciou e optou pelo silêncio, para não passar pela exposição pública. Com isso, a sentença final do juiz foi a absolvição do réu, amparado no Código Penal Artigo 407, inciso 2³⁷.

Também no ano de 1905, de acordo com um relatório criminal, uma jovem imigrante russa de 16 anos de idade, que foi trabalhar em uma casa de família para cuidar de um bebê, passa a morar com a família. No mesmo período, a família hospedava um rapaz, amigo da família. Esse, muito galanteador, procurou insistentemente a moça em seu quarto todas as noites fazendo juras de amor e promessas de casamento, desde que ela se entregasse para ele. Certo dia, a jovem cedeu ao assédio. Poucos dias depois, ela percebeu que tudo não passara de palavras/promessas, então, denunciou-o por estupro, “defloramento³⁸”.

Após a denúncia, várias testemunhas foram ouvidas, entre elas os patrões da jovem, os quais responderam que estavam cientes de que o rapaz ia até o quarto da moça e que esse ainda se gabava de estar dormindo com a jovem todas as noites. Entre as perguntas que as testemunhas tinham que responder havia aquelas que buscavam averiguar se a jovem era honesta, tinha um bom comportamento e gozava de boa reputação. Algumas testemunhas em juízo disseram ter recebido dinheiro da mãe da ofendida para depor em favor da filha.

Percebe-se aqui o empenho da defesa do rapaz em atestar a culpa da jovem pelo fato ocorrido. Mas, no fim do processo, a sentença saiu favorável à jovem, e o rapaz foi enquadrado pelos Artigos 366³⁹ e 267⁴⁰. A justiça foi feita em favor da jovem, contudo, para chegar a essa sentença, foram ouvidas sete testemunhas, sendo que a defesa lutou, incansavelmente, para absolver o réu, culpando a jovem pelo ocorrido.

³⁷ De acordo com o Código Penal de 1890, Art. 407. Haverá lugar. a ação penal: § 2º Por denúncia do ministério público, em todos os crimes e contravenções. 2º, os crimes de violência carnal, rapto, adultério, parto suposto, calúnia e injúria em que somente caberá proceder por queixa da parte, salvos os casos do art. 274. Nestes crimes haverá lugar. o procedimento oficial de justiça somente nos seguintes casos: 1º, se a ofendida for miserável, ou asilada de algum estabelecimento de caridade.

³⁸ Defloramento, ação ou consequência tirar a virgindade. Pena? de prisão celllular por um a quatro annos.

³⁹ Art. 366. Código Penal de 1890: Damnificar, de qualquer modo, os mausoléos, lousas, inscripções e emblemas funerarios: Pena? de prisão celllular por um a tres mezes.

⁴⁰ Art. 267. Código Penal de 1890: Deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude:

Em busca de renda própria, muitas mulheres/jovens/meninas sofrem com maus-tratos e violência. É o caso de uma menina menor de idade, órfã de pai, que foi morar e trabalhar na casa de um sargento. Ela sofria maus-tratos quase que diariamente por parte do sargento e de sua esposa, com bofetadas, agressões com cabos de vassoura, tamancos e salto de sapatos. Esses fatos foram relatados pelas testemunhas, pessoas que eram vizinhas do casal. Certo dia, após ser espancada brutalmente com uma madeira das oito horas da manhã até às 13 horas, até a mulher cansar de bater na menor, muito ferida, ela passou a ter febre. Três dias depois, a menina morreu.

Em sua defesa, a esposa do sargento diz ser vítima da vingança dos vizinhos, pois tais depoimentos eram um absurdo. O juiz questiona se seria possível essa senhora que tem filhos e que, na qualidade de mãe, é responsável pela boa educação das crianças se transformar, de uma hora para outra, em fera humana. A defesa questiona dizendo que seria inadmissível deixar de acreditar em cidadãos de reputação inabalável cujas responsabilidades estão acima da mesquinha vizinhança. A seu ver, o fato se constituiu de um cinismo repugnante, quanto à meretriz, uma das vizinhas, que testemunhou contra o casal.

O fato é que, após ouvir defesa e acusação, a sentença foi a seguinte: “não poderia o senhor juiz: então tocaríamos as raias do absurdo pelo menos no foro militar não se poderia mover um processo a um oficial ou sargento nem mesmo aos seus familiares. que a conjuntura nem sempre se funda em indícios porque indícios são elementos sensíveis rasos e a conjuntura muitas vezes como no caso presente funda-se em antipatias em criações de imaginação” (DP, SÃO LEOPOLDO, 1923, p. 64). É estarrecedor esse caso, mostrando-se inadmissível e repugnante.

Esses fatos, ocorridos entre 1905 a 1923, em São Leopoldo, são apenas alguns dos muitos relatados nos processos-crimes. Eles revelam o quão heterogêneo foi essa busca/luta pela emancipação feminina e mostram os percalços que as mulheres passaram, no Rio Grande do Sul, para alcançarem seu espaço/independência e autossuficiência. O silêncio de alguns processos-crimes se revela desprezível e enfadonho à compreensão humana.

Os dados mostram, também, o quão heterogêneo foi a “emancipação” da mulher gaúcha, pois as mulheres viviam sem segurança, em condições precárias de subsistência e expostas aos desafios que a modernidade empunhava.

5 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa, foi possível compreender que a mulher foi submetida à vontade do homem. Isso aconteceu devido às características de uma sociedade com o domínio masculino, que não hesitou em restringir e controlar as práticas femininas.

Durante um longo período, o espaço público foi, de direito, acessível aos homens. Ainda assim, algumas mulheres buscaram seu lugar através de reivindicações, benefícios/direitos para si, para sua família e para o bem geral da sociedade em que estavam inseridas. Durante um longo período da história, a mulher se fez presente, no entanto, não era vista e não se deu o devido valor a ela.

As mulheres foram sobrepujadas pela negação de seus direitos e pela revogação da própria subjetividade, sendo reduzidas às funções sociais. Na República Velha Sul-Rio-Grandense, a fala positivista atuou como agente moralizador da sociedade, assim como foi a sua representação no grau em que os símbolos que atribuíam iam ao encontro de um entendimento conservador.

E nessa ótica, o homem imperava nos espaços públicos enquanto a mulher era submetida ao espaço privado e à inferioridade. Além disso, admitiu-se, como consequência desse processo, a diferença de essências, o que embasou o discurso para inserções de diferenciações entre homens e mulheres. A sociedade reconhecia a mulher apenas como um reflexo do homem dentro da esfera familiar. Assim sendo, sua conduta e suas atitudes estavam sempre sendo observadas e interpretadas pela sociedade.

Era um tempo em que a mulher ideal era dona de casa e atenciosa, sobretudo com a família. A ela cabia a educação dos filhos e os cuidados com o marido a quem deveria representar e honrar perante a sociedade, família e amigos. Para algumas mulheres, esse modo de vida era ideal. E dentro do ambiente privado, é que se colocam em prática a educação e os ensinamentos que receberam. O positivismo corroborou para o conservadorismo do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma simbologia extremamente eficaz, transmitida por seus adeptos.

Nos anos de 1920, com os movimentos feministas, houve uma conscientização por parte das mulheres a respeito de sua condição, então, elas passaram a lutar por igualdade entre os sexos. Delatavam as opressões e abusos sofridos pela sua condição de mulher nessa sociedade rígida.

As mulheres que se afastaram de sua esfera privada não foram vistas com bons olhos, pois elas modificaram o molde da sociedade desse período e passaram a ocupar o espaço público, que até então era destinado ao homem. Dessa forma, as mulheres quebraram paradigmas estabelecidos pela sociedade e se engajaram publicamente nos movimentos políticos, feministas e lutas sindicais como caminho mais rápido para obter suas reivindicações. Foi através dessa luta por espaço que a mulher quebrou a barreira da invisibilidade histórica e passou a ser vista como sujeito atuante da história.

A partir de novos moldes, os padrões e comportamentos são repetidos, principalmente no relacionamento entre os gêneros. E se, atualmente, as relações entre homens e mulheres são mais justas e igualitárias, isso se deve unicamente às mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas as quais modificaram o modelo de mulher ideal construído e idealizado pelo patriarcado, fortificado pelo positivismo ultrapassado e dominado à medida que a sociedade fortificou seu senso democrático.

Foi um período de muito controle, exigências e regras, as quais a mulher deveria seguir. As dificuldades em acolher e entender um novo modo de ser e agir da mulher, em que ela tenta sair do espaço privado do anonimato do lar para exercer novas atividades agora no espaço público, são esclarecidas através do julgamento da conduta considerada adequada para as mulheres durante a República Velha Sul-Rio-Grandense.

A partir do momento em que a mulher decidiu buscar sua inclusão no mercado de trabalho, alguns membros da sociedade passaram a ver essa mulher como não sendo honrada e honesta. Isso se comprovou através da análise dos processos-crimes do período entre 1905 a 1923, em São Leopoldo. Ou seja, os relatos dos processos-crimes deixam evidente o quão heterogêneo foi a pretensão pela emancipação da mulher, assim como atestam as adversidades/dificuldades que essas mulheres passaram, no caso do Rio Grande do Sul, para alcançarem seu espaço na sociedade desse período, assim como certa insubmissão.

Portanto, observa-se, por meio deste estudo, que a mulher que optou por trabalhar deparou-se com muitos obstáculos, alguns criados pela sua própria família. A sociedade também temia essa nova atitude feminina, pois havia o receio de que a mulher, ao conquistar sua independência financeira, perderia o interesse em ter e

manter uma família, seguindo o modelo que já fora estabelecido e concretizado pela sociedade e pela igreja, calcados na ideologia positivista. E, ao sair da subordinação que lhe era destinada para tomar posições no mercado de trabalho, conseguiu certo espaço, sem deixar de lado a família.

Enfim, é importante também salientar que a ruptura da ordem social, que punha as mulheres em posição inferior e ainda de dependência, é, atualmente, avigorada por uma nova forma de dominação sofrida por elas, mais forte do que foi durante o patriarcado. Essa dominação, de certa forma individualista, é que transforma a mulher em consumidora, tornando-a mais vulnerável a sua libertação, gerada pela independência financeira, abrindo-lhe outros horizontes, maiores que o casamento e a maternidade.

Assim, as lutas administradas pelos movimentos de livre-arbítrio tornaram-se plausíveis à mudança de pensamento. Isso porque a dominação jamais foi completa, ou absoluta, assim como nunca deixará de existir.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 27, F. 126. 11 de junho de 1923. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. Livro 26, F. 21. 02 de outubro de 1905. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

DOCUMENTOS DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO LEOPOLDO. *Relatórios Processos crimes*. 07 de agosto de 1923, p. 1-64. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul | APERS.

Fontes bibliográficas

ABREU, Luciana de. (1847 - 1880). Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/06/casa-da-roda.html>>. Acesso em: 21 set. 2015.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amara. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Apresentação*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). *República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007. p. 9-18.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helen Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Defel, 2002.

_____. O mundo como representação. *Estud. Av.* [online]. 1991. vol. 5, n. 11, p.173-191 – ISSN N0103-4014-Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

Decreto N. 847? de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 31 set. 2015.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. Estud. av. vol.17 no. 49 . São Paulo Sept. /Dec. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. IN: PRIORE, Mary Del (org). História das Mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 322-361.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. *A Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 139.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário: o dicionário da língua portuguesa*. Coordenação de edição Maria Baird Ferreira. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GASTAL, Susana. *As artes: Sob o signo da modernidade*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). República velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007. p. 9-18.

GOMES, Angela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In: NOVAES, Fernando A. (coordenador). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489- 558.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June Edith. *A busca de educação, emprego e voto. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ISMÉRO, Clarisse. *Mulher: A moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1995.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LUTZ, Bertha Maria Julia. (1894-1976). Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/50022/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

Mamãe. *A Cigarra*. São Paulo, jul. 1926, n.281. Apesp. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/pdfs/PROPAGANDA_Ana_Maria_Soares.pdf>. Acesso em: 11 set. 2015.

Mapa Censo econômico da população feminina de 1920 no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 05 set. 2015.

MEYER, Marlise Regina; GEVEHR, Daniel Luciano. *Gênero, identidade e poder: mulheres na imigração no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 30.

MOURA, Maria Lacerda de. Disponível em: <http://averdade.org.br/2012/06/maria-lacerda-de-moura-e-o-feminismo-classista/>. Acesso em: 21 set. 2015.

MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 1994, p. 144.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres do Sul*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2013 p.278-321.

_____. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Disponível em: *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 02 ago. 2015

_____. *Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância*. *Revista UNISINOS*. 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6426>>. Acesso em: 23 out. 2015.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 165.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

_____. *O cotidiano da República: elite e povo na virada do século*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFR - GS, 1998.

_____. *Espaços, sociedade e cultura: O cotidiano da cidade de Porto Alegre*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Orgs.). *República velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007. p.163-228.

_____. *História & História Cultural*. Coleções: História & Reflexões (Coord.) ANASTASIA, Carla Maria Junho; PAIVA, Eduardo França. Autêntica Editora. 3. ed., 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014

PRIORE, Mari Del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, p. 219.

POST, Antoine. *Doze lições sobre história. Verdade e função social da história*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2012.

RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminina, gênero e história. *Gênero e história*. Edita: CNT-Compostela, 2012. Disponível em: <<http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2015.

SCLIAR, Moacyr. O exame pré-nupcial: *um rito de passagem da Saúde Pública*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1997, vol.13, n.3, pp. 527-530. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300028>.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. A Escrita e a história: novas perspectivas / Peter Burke (org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista 1992. p. 63-96

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://ia601403.us.archive.org/9/items/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em: 31 de ago. 2015.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre, n. 13, julho de 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Rio de Janeiro: 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/6134/2/8.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VARGAS, Anderson Zalewski. *Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua*. In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kühn; Cesar Augusto Barcelos Guazzelli; Eduardo Santos Neumann. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, v. 1. p. 247-272.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transições*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. universidade/ UFRGS, 1998.

WASSERMAN, Claudia. *O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder*. In: Luiz Alberto Grijó; Fábio Kühn; Cesar Augusto Barcelos Guazzelli; Eduardo Santos Neumann. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004, v. 1. p. 273-290